

A BATALHA DECISIVA

ENTRAMOS NO MOMENTO FINAL DAS ELEIÇÕES. É A ÚLTIMA OPORTUNIDADE DO PT APRESENTAR À NAÇÃO UMA ALTERNATIVA POLÍTICO GLOBAL À FHC E AO GRANDE CAPITAL

JOAQUIM SORIANO

A primeira grande batalha desta eleição foi sobre a reeleição e FHC ganhou. A segunda foi a redução do período de propaganda eleitoral e FHC também ganhou. A oposição dependia de uma estratégia que buscasse a polarização, o conflito político e o debate sobre os principais temas que atingem a nação. Neste sentido o período do leilão da Telebrás foi emblemático. Falta uma ação contundente da campanha Lula que demarquesse a posição contrária à privatização, unificasse um vasto campo de oposição tanto no mérito como na oportunidade da negociata. O leilão foi o principal acontecimento político do período e Lula não estava no centro dos acontecimentos, denunciando o processo e defendendo um outro projeto para o Brasil.

AUSÊNCIA DE POLARIZAÇÃO

A mídia está fechada para a oposição e Lula só tem 18 programas de 5 minutos no rádio e na TV. Já o governo continua apresentando suas realizações, mesmo que no mundo real seja impossível encontrá-las. FHC reverteu a situação desfavorável em que se encontrava no final de maio e em junho. A candidatura Lula não produziu iniciativas capazes de "furar" o gigantesco cerco criado pela unificação das elites. A burguesia brasileira conta também com várias táticas, que vão de ACM pregando o terror à Weffort dizendo que é mais fácil ter FHC II realizando um programa social do que um Lula, que cuida do social, manter a estabilidade da moeda.

Os programas eleitorais na TV até agora também não produziram o principal efeito esperado: apresentar a disputa eleitoral como uma disputa de projetos antagônicos. Que o Brasil precisa de um outro governo, com outra política, com outras prioridades. Um discurso político que unifique os setores democráticos e populares e os leve a um movimento para derrotar FHC.

A terceira batalha da eleição será nas ruas, de casa em casa, nos locais de trabalho, nas escolas, nos assentamentos, nos campos, levando a mensagem da urgência de derrotar FHC. Lula cresce quando combate FHC: na denúncia do desastre em que se encontra o país, responsabilizando o atual governo pela crise e apresentando-se como alternativa de mudança.

É possível derrotar FHC. Para tanto é necessário demonstrar como este governo leva o país a uma situação insuportável e insustentável. Insuportável para a maioria do povo sem emprego, na miséria. Insustentável para o povo que precisa da nação para fazer



STUART BRILEY LEADING OUT FROM THE INTERSECTION, 1981

a sua história. As classes dominantes renunciaram, em países como o nosso, a qualquer projeto de nação soberana. O capital financeiro internacionalizado decide e quer subjugar o futuro. Resgatar a identidade e a soberania nacionais é tarefa dos trabalhadores.

AS ALIANÇAS

Um dos aspectos mais complexos da atual campanha são as alianças desenvolvidas pelo PT. A ampla política de alianças apregoada e implementada pela maioria da direção do PT durante os últimos anos, tem suas expressões máximas, além do vice Brizola, na candidatura de Garotinho do PDT no Rio de Janeiro e na candidatura de Arraes do PSB para governador em Pernambuco. O PT também apoia Requião do PMDB para o governo do Paraná.

A coligação nacional não se repete em muitos estados. O caso de São Paulo impressiona. Rossi do PDT, lidera as pesquisas de intenção de voto. Já tem apoio de meio PFL através do ex-ministro Cabrera e do vice pre-

feito de Pitta, Régis de Oliveira.

No Rio Grande do Sul a candidatura de Emília Fernandes do PDT impede que mais dos seus correligionários – pois vários já foram expulsos – façam campanha para a reeleição de Brito, mas precisa ter votos suficientes para auxiliar Olívio no 2º turno. Fora isso, não tem sentido.

Construir uma aliança nacional não só depende da possível soma de forças políticas contra um inimigo comum. Depende também das identidades construídas anteriormente. No caso do PT uma aliança política não se dá só para efeitos eleitorais. É necessário apresentar consistência programática e objetivos políticos comuns. São elementos essenciais para se criar um movimento que se constitua como alternativa, forjando um bloco social e político com vocação para disputar o poder.

São Paulo, 25 de agosto de 1998.

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT.

NESTA EDIÇÃO



CRISE NA ÁSIA OU DO CAPITALISMO?

François Chesnais explica, em entrevista a Antônio Martins, que a crise na Ásia é a primeira etapa de uma crise econômica global do capitalismo

PÁGINAS 12 A 14

ALAIN TOUDER MOSTRA COMO TONY BLAIR É O FRUTO DA DERROTA DO MOVIMENTO POPULAR FRENTE A THATCHER

PÁGINA 24

Curto e Grosso



Os nossos

Nosso companheiro Nelson Gautério Sá faleceu no dia 22 de agosto às 14 horas.

Ele tinha sido atropelado dez dias antes e todo este período permaneceu em coma na UTI do Hospital Geral de Novo Hamburgo.

Nelson militou na oposição sindical do calçado em Novo Hamburgo em 1966, foi preso e depois exilou-se no interior do Rio Grande do Sul. Nos anos 70 participou do grupo regional gaúcho que em 1979 formaria a Democracia Socialista e a seguir da fundação do Partido dos Trabalhadores. Foi membro da primeira executiva estadual do partido e, em diversas oportunidades, candidato a deputado.

Em nome da Tendência Democracia Socialista, manifestamos nosso pesar à sua companheira, Heloína de Sá, à sua família e a todos que tiveram o privilégio de conviver com Nelson.

Coordenação Nacional da Tendência Democracia Socialista



1929: FANTASMA RONDA O NEOLIBERALISMO

O agravamento da crise na Rússia acendeu as luzes vermelhas do capitalismo mundial. Se a crise da Coréia, Hong Kong e outros tigres menos votados, combinada com a recessão japonesa, havia dado a senha para o questionamento das receitas ortodoxas do FMI, a situação russa ameaça transformar-se no marco da generalização e perda do controle da crise.

Para além do sobe e desce das bolsas, mesmo os arautos da supremacia dos mercados livres trabalham com previsões sombrias para o capitalismo mundial nos próximos anos. O mínimo que se diz é que o produto mundial vai crescer 1% menos que o previsto. A perspectiva de uma crise prolongada pode ser percebida na enxurrada de declarações de funcionários oficiais, artigos de economistas e editoriais de jornais liberais que anunciam a necessidade de "mudança de modelo", "correção de rumos" e outros eufemismos.

O presidente do Banco Mundial já há algum tempo começou a fazer reparos aos excessos do neoliberalismo. Até mesmo xiitas como Malan e Kandir admitem que o período dos capitais externos abundantes se encerrou. Luiz Carlos Mendonça de Barros saiu-se com um "nem tudo que o PT defende é ruim". A crítica à política do FMI para a crise na Ásia se generaliza. Jeffrey Sachs defende que se deixe desvalorizar as moedas. Paul Krugman radicaliza e defende

a adoção do controle do câmbio para enfrentar a situação de emergência em países com fuga de capitais, depois de defender uma política inflacionária para o Japão. Os editoriais outrora otimistas passam a referir-se cada vez mais ao fantasma da crise de 1929. Reclama-se da falta de comando da economia mundial. Um novo Bretton Woods é reivindicado. O keynesianismo, que era tido como enterrado pela globalização, ressurgiu das cinzas até mesmo na boca de neoliberais empedernidos, como alternativa a uma recessão mundial. Por fim, Francis Fukuyama anuncia que pretende rever sua "teoria" do fim da história.

No Brasil as previsões não são melhores. Pelo contrário. O banco americano JP Morgan prevê recessão (-2%) para 1999. FHC, que apenas repete que a crise não é do Brasil, mas sim mundial, empurra com a barragem a adoção de medidas de emergência. A queda de 40% da bolsa de São Paulo apenas em Agosto, a saída de 12 bilhões de dólares do país no mesmo período e a crescente dificuldade do governo em rolar a dívida pública com títulos pré-fixados anuncia o cardápio do prometido pacote fiscal pós-eleitoral, no caso de reeleição: corte de gastos sociais e de investimentos públicos, aumento dos juros para atrair mais capital especulativo. Recessão e desemprego ainda maior serão os resultados de curto prazo. Leonel Jospin, Primeiro Ministro francês, disse que o capitalismo avança, mas não se sabe para onde. Parece não ser verdade que ele avança, pelo menos no momento. Mas que não se sabe para onde ele vai não há dúvida.

Fábio Pereira

Viver e pensar como porcos

O matemático Gilles Châtelet vem se dedicando a um trabalho de confrontação destrutiva – com as armas do estilo panfletário, da crítica sociológica e da argumentação filosófica – da "contra-reforma liberal", que sucedeu a "agitação generosa dos anos 60". Quando assistimos à comemorações convencionais e tristonhas das manifestações de 1968, este autor publica um virulento ensaio, intitulado *Viver e pensar como os porcos* (Paris: Editions Exils, 1998), voltado contra o novo mundo do "nomadismo high tech". Ele se refere à "voracidade sagrada", à "ingenuidade humanitária", ao "Deus oculto" da economia estatística, bem como à nova classe dominante que, com computadores e telefones celulares na mão, navega nos céus numéricos e surfa sobre a massa agitada de povos considerados arcaicos e relegados à condição de rebanho. Nenhum dos atores, nenhuma das figuras teóricas da ordem estabelecida é poupada. Nem o novo filósofo, especialistas nas velhas roupagens, nem o pós-moderno que acompanha o social em sua queda, nem a impostura das teses pseudo-científicas do Caos,

justificativa moderna da "mão invisível" dos primeiros teóricos do liberalismo, nem a miragem da opinião pública ou da estatística que metamorfoseia o homem comum em "homem médio". Quando na Europa as populações, nas sagradas férias de verão, imitam as grandes migrações dos rebanhos pelas pastagens, este rebelde não hesita em atacar a "mentalidade que automatizou seus procedimentos", a imbecilidade psíquica que engendra a domesticação das multidões pelo automóvel (e que reduz o espaço à condição de espécie em extinção).

Através de uma viagem ao "país da merda", Gilles Châtelet se torna um hábil retratista de um mundo que deixou de ser "carne de canhão" para ser "carne de consenso", com a cumplicidade de uma esquerda que confunde modernidade e mundanidade. Nada surpreendente, então, que uma nova e última figura, salvadora, encerre este ensaio. Para Châtelet, apenas um "herói qualquer", resistindo aos egoísmos, pode "impulsionar para o coletivo indivíduos novos" e abrir brechas no muro da democracia-mercado. Este personagem ainda não está, é verdade, em moda. Mas não duvidemos que ele possa, amanhã, provocar turbulências.

Nicolas Truong

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO". Nesta edição, *Pensamento único e regimes globalitários*, de Ignacio Ramonet, e *O que permanece da crítica socialista ao capitalismo?*, de José de Souza Martins.

SAIU A INPRECOR Nº 426

A edição de julho-agosto da Correspondência da Imprensa Internacional, a *Inprecor*, publicada em francês, que analisa as consequências da assinatura do acordo de Stormont sobre a Irlanda do Norte. E José Ramon Castañón "Trogló", dirigente do ETA no início dos anos 70 e jornalista da revista basca *Hika*, analisa a evolução das forças políticas atuando no País Basco e as possibilidades de um acordo de paz na região. A assinatura da *Inprecor* por seis meses custa 240 FF e a assinatura anual 460 FF.

Inprecor - PECEI, BP 85, 75522 Paris CEDEX 11, France
tel.: 33 1 43 79 2960 fax: 33 1 43 79 2961
email: 100641.2324@compuserve.com

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA, RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 - FONE (011) 3666-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG - **JORNALISTA RESPONSÁVEL:**
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP). **EQUIPE DE EDIÇÃO:** JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, RITA ARAÚJO, CACO BISOL E MÁRCIA H. RAMOS.
TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL

1

Esta semana, a cotação dos títulos da dívida externa brasileira caiu abaixo do mínimo registrado durante a crise “asiática” do final de 97. Cerca de 3 bilhões de dólares deixaram o país. A bolsa de valores de São Paulo acumulou uma queda de quase 30% em relação ao início de agosto — e só não despencou ainda mais porque o BNDES usou recursos públicos para sustentar a jogatina. A edição da revista inglesa *Economist* que começou a circular hoje sustenta que o Real “pode muito bem ser a próxima [moeda] a entrar na linha de fogo” das desvalorizações. A esta altura, apenas um milagre evitará que o plano se esfacele, logo após as eleições.

2. A conjuntura econômica internacional inverteu-se, em relação à de quatro anos atrás. Havia na época um forte fluxo de capitais dos países centrais em direção à periferia. Dinheiro farto já havia chegado ao Brasil mesmo durante o governo Collor. Quando as elites voltaram a se unir em torno de um projeto político comum e de um candidato habilidoso, este fluxo foi restabelecido. Uma equipe econômica tecnicamente capaz arquitetou um plano econômico que reduziu com rapidez a inflação — como aliás já ocorrera em quase todos os chamados “mercados emergentes”.

3. É hoje um fato que o ciclo de crédito se inverteu. O movimento de capitais, que era de expansão rumo à periferia do sistema, é agora de contração para o centro. O sinal mais claro são as crises (México, Tailândia, Indonésia, Coreia do Sul, Rússia, China?, Venezuela?, Brasil?, México II?) que estão abalando, como um dominó, as economias dos chamados “mercados emergentes”. O subcomandante Marcos comparou a crise a uma “bomba financeira”. Através dela, o capital financeiro submete a economia, a política, a sociedade e os costumes dos países atingidos a seu novo modo de gerar e concentrar riquezas. Assim como o capital, a bomba não tem ideologia. Ela pode atingir tanto países que adotaram decididamente políticas neoliberais (México, Rússia, Brasil) quanto outros (Coreia do Sul, Indonésia, China), que se lançaram a programas ousados de desenvolvimento, mas se submeteram a uma relação de dependência com o capital financeiro.

4. Não há dúvida de que o Brasil está tão exposto à bomba financeira quanto as economias já atingidas — e a contagem regressiva aproxima-se muito rápido do zero. O jornalista Aloysio Biondi lembra, na *Revista do Engenheiro* (SP) deste mês, que o Real depende da entrada anual de 35 bilhões de dólares. Ao contrário do que se pensa, o déficit comercial é a menor parcela dessa conta: foram US\$ 8 bi no ano passado, deverão ser apenas US\$ 4 bi em 98. O mais grave são as despesas financeiras e com outros serviços: remessas de lucros (US\$ 6 bi) + turismo (US\$ 4 bi) + fretes e seguros (US\$ 4 bi) + juros da dívida externa (US\$ 13 a 15 bi). Aloysio não mencionou na entrevista, mas há ainda cerca de US\$ 15 bi relativos à rolagem dos empréstimos da “dívida nova”, feita em grande parte por empresas privadas.

5. Desde o final do ano passado, estava claro que o Real só se sustentaria se surgisse a sorte de uma nova e repentina expansão do crédito internacional. Não foi o que ocorreu, e provavelmente não será. Ao contrário: após a queda da Rús-



CRÔNICA ÀS VÉSPERAS DA CRISE

sia, os movimentos de capitais estão indicando claramente uma corrida em direção aos refúgios considerados mais seguros. Em primeiro lugar, os títulos do Tesouro dos EUA, já que este país retomou, em escala planetária, o direito feudal de senhoria (exclusividade na emissão de moeda); em segundo lugar, as bolsas de valores dos EUA e da Europa. Se a tendência persistir, e se a política econômica não for radicalmente invertida, duas tendências serão inescapáveis.

6. A primeira é um choque fiscal dramático, com o qual o ministro Malan se comprometeu na quarta-feira, em Montevideu. A lógica é muito simples: oferece-se ao capital financeiro os juros que forem necessários para “convencê-lo” a permanecer no país; e se despeja a conta nas costas da população que depende dos serviços públicos. Se a oferta não for suficiente, vem a segunda tacada — da qual nenhum país vítima da “bomba financeira” escapou até agora: maxidesvalorização da moeda, do patrimônio, da força de trabalho nacional.

7. As desvalorizações de nossa época são selvagens, ao contrário das que marcaram o Brasil dos anos 80, quando eram feitas com relativo controle. A economia depende muito mais do capital financeiro. À primeira desvalorização seguem-se uma dificuldade redobrada em pagar os compromissos externos (já que se torna muito mais penoso comprar dólares) e uma enorme onda de falências. Mesmo muito baratos, os produtos

nacionais não encontram comprador externo, porque as fontes de financiamento da produção secam repentinamente. A produção se desorganiza. O desemprego cresce como nunca. Novas desvalorizações são necessárias até que a economia se torne outra vez “atraente” ao capital externo. Surge um novo equilíbrio, porém num patamar muito mais profundo de pobreza. É fácil imaginar como isto pode ser doloroso num país já tão desigual e tão desprovido de redes de proteção social.

8. As sociedades são como nós: elas podem crescer nas crises. Mas é preciso haver projetos de resistência longamente amadurecidos, *coragem para debatê-los abertamente*, consciência de que a batalha será duríssima, disposição para enfrentá-la a qualquer custo. Num quadro internacional como o de hoje, e num país como o Brasil, haveria apenas duas alternativas após uma eventual eleição de Lula: ou enfrentamento radical do neoliberalismo (como não ocorreu ainda em parte alguma); ou capitulação do eleito (como está ocorrendo na Coreia do Sul). Este dilema não depende da vontade do presidente. Em certa medida, será imposto ao próprio FHC, obrigado, num possível segundo mandato, a eliminar todos os benefícios secundários e passageiros oferecidos provisoriamente à população através do Plano Real.

9. Quem quer enfrentar o poder não deve erguer bandeira branca às vésperas da guerra. Enfrentar a ordem neoli-

O REAL E A PRÓPRIA “ESTABILIDADE” ESTÃO DE NOVO EM CRISE. O GOVERNO FHC JÁ PROMETE AOS ESPECULADORES QUE ARROCHARÁ O POVO.

ANTONIO MARTINS

beral seria, em qualquer hipótese, penosíssimo — e certamente impossível sem promover, ao mesmo tempo, mudanças muito profundas na ordem social. A redução drástica, mais que previsível (não é demais insistir: mesmo na hipótese de vitória de FHC, cuja capitulação já foi pré-anunciada por Malan) do fluxo de capitais externos abrirá um enorme rombo nas contas externas. As grandes empresas, os bancos, os setores que de uma forma ou de outra vivem ou pensam viver na dependência do rentismo, pressionarão o governo para fazer as concessões exigidas “pelos mercados”. Os meios de comunicação repercutirão todos os dias estas pressões (é só lembrar a campanha abjeta que desencadearam até mesmo contra a moratória envergonhada de José Sarney). A escassez de crédito paralisará as exportações, gerando demissões em massa.

10. Pode ser, por outro lado, uma batalha empolgante, porque as conjunturas nacional e internacional estão pontilhadas, ao mesmo tempo, por aspectos positivos. Apesar do refluxo das lutas sindicais, a sociedade tem apoiado decididamente quem se dispõe a fazer algo contra a pobreza e a injustiça. Um governo decidido a enfrentar com decisão a concentração de riqueza, a fome, o latifúndio, a miséria das periferias urbanas, as necessidades reprimidas de saúde, habitação, transporte, comunicações, etc. teria enorme capacidade de sensibilizar tanto os pobres quanto parte importante das classes médias. Além disso, trata-se de uma crise que tem vitimado *centenas de milhões* de pessoas em todo o mundo. O surgimento de um foco de rebeldia seria um fato novo de enorme repercussão, e obrigaria os próprios investidores a serem cautelosos. Como se fosse pouco, o consenso neoliberal está se rompendo nos próprios países centrais. São prova disso o ressurgimento de uma atividade sindical intensa nos EUA e, ainda mais importante, os “novos movimentos sociais” que despontam em diversos países da Europa — em especial na França. Estes movimentos são muito simpáticos às lutas populares do terceiro mundo e em certa medida esboçam um novo projeto de resistência ao neoliberalismo.

11. Se a crise prosseguir, se de fato o Real se transformar na “bola da vez”, o quadro político estará outra vez embaralhado, abrindo novos espaços de disputa de projetos de sociedade. Ficará pendente a própria reeleição de FHC, dada há dias como certa por forças políticas que já se dedicavam à partilha o futuro ministério. Mas...

MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICADA NA *RESENHA DA INTERNET*, DE 21/8/98

A SECA ATUAL
ASSISTE A FATOS NOVOS,
COMO A EXISTÊNCIA
DE UMA MASSA
DE EXCLUÍDOS
PERMANENTES,
QUE O MST ESTÁ
PROCURANDO
ORGANIZAR.

JADER DE ANDRADE

SECA: FATOS NOVOS

anistia dos devedores da Sudene transfere mais de um bilhão de reais para empresários assaltantes e deixa a instituição de desenvolvimento desfinanciada.

Outra forma efetiva de dominar nossa pobre gente nordestina é anunciar panacéias nos períodos de seca. Agora, até o Presidente da República anunciou o apoio no projeto de transposição das águas do rio São Francisco como solução definitiva para saciar a sede dos nordestinos. Ledo engano: as águas do Velho

sudeste e sul do país. Sem o apoio direto de Juscelino na Presidência da República, Celso Furtado jamais poderia ter estruturado a Sudene, e elaborado seu primeiro plano diretor.

O conhecimento acumulado pela Sudene daquela época até agora, pelo DNOCS e pela Embrapa, demonstra que os técnicos nordestinos dispõem de condições para enfrentar, com êxito, o problema físico da seca.

Para citar apenas um exemplo, lem-

dos. Tanto é assim que, na safra do ano passado, uma saca de 60 quilos de feijão era vendida no roçado por somente seis reais, enquanto hoje no comércio está sendo vendido a 120 reais. É triste estar comprando o quilo de feijão 20 vezes mais caro do que foi produzido. É difícil encontrar uma exploração igual, uma apropriação do trabalho dos pequenos produtores em outras partes.

O governo não tem nenhuma política agrícola, para o Nordeste, quanto mais para o pequeno produtor de milho e feijão. Porém todo mundo fica alarmado, quando os agricultores no sertão se arriscam a plantar maconha, uma vez que contam com garantia de crédito, semente selecionada (vinda dos Estados Unidos), orientação, preço na colheita, e proteção política... Assim, obtêm rendimento da ordem de 50 vezes o obtido por hectare com milho e feijão.

É uma realidade que vai progressivamente envolvendo a população rural com o narcotráfico. Esse é outro fato novo.

DESINTEGRAÇÃO SOCIAL

Outro dado novo, que explica os saques em todas as áreas do Nordeste, é o fato de que a política neoliberal está gerando uma crise de desintegração da sociedade nordestina — que atinge não só trabalhadores rurais, meeiros e pequenos proprietários agrícolas que perderam seus roçados, como setores arruinados da baixa classe média, aventureiros oriundos da burguesia e mendigos, que formam um *lumpem* como antes não existia na região. Nas secas anteriores os flagelados eram os pequenos proprietários e meeiros agrícolas atingidos pela estiagem; agora é um aglomerado de gente de todas as classes.

A política neoliberal juntou esse aglomerado de gente. A história mostra como o *lumpem* foi usado pelos movimentos reacionários; agora é o MST que está tentando organizá-los. Ele já demonstrou sua relativa eficácia para impulsionar o avanço da reforma agrária e agora está tentando organizar a luta contra a seca, não nos moldes tradicionais das oligarquias locais que se *locupletavam* com a “indústria da seca”, mas sim apoiando os saques para matar a fome, e tentando fazer dessa ação, um movimento social e político importante. Caso consiga esse objetivo inusitado, teremos o fato novo político muito importante em nosso país, golpeado pelo neoliberalismo.

Esses são alguns dos fatos novos que a realidade da seca *desnuda* com mais crueza no Nordeste. O liberalismo dos anos 60 tinha instrumentos de política econômica, a ponto de criar uma agência de desenvolvimento regional como a Sudene. O neoliberalismo atual do Consenso de Washington, deixando a economia ao sabor do mercado, concentra renda entre as pessoas e na região centro-sul do país, gerando, de outro lado, pela desagregação da sociedade, enormes massas de excluídos.



FOTO: JADER DE ANDRADE

A seca atual apresenta um fato novo, a generalização dos saques não só no sertão, como no agreste e também entre os famintos da zona da mata, a região mais chuvosa do Nordeste. Nesta região, até então só estávamos acostumados aos saques generalizados das oligarquias, que institucionalizaram a indústria da seca para embolsarem as ajudas vindas do sul do país, afim de socorrer os nordestinos, na hora do flagelo. Essa sempre foi uma constante nos anos de secas, só interrompida pela Sudene em 1960, mas que ganhou continuidade e expansão depois do golpe de 1964.

OLIGARQUIA INSACIÁVEL

A oligarquia nordestina é insaciável, vive de empréstimos subsidiados — que em geral desviam para outros fins e não pagam nunca — e de incentivos fiscais do governo, como o FINOR. Agora mesmo, aproveitando a comoção com a calamidade da seca, conseguiram a dâdiva de uma medida provisória, que revogou o instrumento legal para cobrança das dívidas dos empresários para com a Sudene, como se eles fossem vítimas da estiagem, numa irritante manifestação de cinismo. A Medida Provisória da

Chico, que está morrendo com a erosão provocada pelo desmatamento das suas nascentes — cujas madeiras, entre outros fins, foram usadas para fabricação de carvão, redutor da indústria mineira do aço —, como também das queimadas ao longo do território baiano, são insuficientes para gerar a energia já instalada na região. Anúncio dessa natureza foge da simples irresponsabilidade para ser criminosa. É puro oportunismo eleitoral, o aproveitamento da falta de conhecimento da população nordestina.

PROBLEMA POLÍTICO

O problema da seca no Nordeste não é físico, mas fundamentalmente político. Até hoje, a força da oligarquia nordestina impede a implantação da reforma agrária e evita uma melhor distribuição de renda. Os maiores obstáculos do governo liberal de Juscelino Kubitschek na aprovação das leis da Sudene nos anos cinquenta residiram na ferrenha oposição da bancada nordestina no Congresso, contra a grande maioria dos parlamentares do centro-sul. Sem esses, não teríamos a Sudene, agência de desenvolvimento econômico, com o objetivo de diminuir as disparidades regionais agravadas com o crescimento do

bramos que a Sudene já nos anos 60 empregaria a interpretação de fotografias aéreas para encontrar bolsões de água nas fissuras do *crystalino* nas zonas mais áridas do Nordeste, e hoje recorre ao uso de satélites, o que facilita a localização dessas águas. Outro exemplo: com desalinizadores, aproveitando-se da energia solar ou não, obtém-se água potável dos poços de água salobra. Contudo, apesar do conhecimento do manejo dessas técnicas, a oligarquia mais rica — que tem outros interesses e controla os orçamentos e os créditos —, deixa os pequenos agricultores e criadores de bode sem acesso a essas técnicas, morrendo de sede na caatinga seca, pois nem a Sudene, nem outras organizações governamentais possuem serviços técnicos de apoio à população mais pobre.

AUSÊNCIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Por outro lado, as pesquisas do IPA obtiveram sementes selecionadas de feijão de alta produtividade, porém não se dispõe de sementes suficientes para os pequenos produtores plantarem. Ademais, os produtores de milho e feijão não têm acesso no crédito para plantar, não contam com assistência técnica, e quando colhem não têm preços para seus pro-

JADER DE ANDRADE É ECONOMISTA E EX-PRESIDENTE DO PT DE PERNAMBUCO. FOI SECRETÁRIO DE GOVERNO NA PASTA DA AGRICULTURA DO GOVERNO ARRAES (1963-4) E DE ASSUNTOS EXTRAORDINÁRIOS DO GOVERNO ARRAES (1986-90).

UM MAU NEGÓCIO PARA O BRASIL



FITTEL/AGENCIAMENTO

A PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS VAI ELITIZAR E NÃO DEMOCRATIZAR OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL.

WALTER PINHEIRO

telecomunicações são rentáveis. A telefonia chega a todos porque existe o chamado "subsídio cruzado", ou seja, os grandes centros custeiam os pequenos.

O governo não criou o Fundo de universalização que garantiria recursos para universalizar o serviço. Assim, não se tem garantias que os novos donos da Telebrás investirão nos municípios onde a rentabilidade não existe. Na vizinha Argentina, conforme auditoria da agência de telecomunicações local, as mesmas empresas que compraram a Telebrás — a France Telecom, a Companhia de Espanha e a Itália Telecom — não cumpriram nenhuma meta de universalização e grande parte da população continua sem acesso aos serviços de telecomunicações.

A privatização vai elitizar o serviço e não democratizar. Vamos sacrificar empregos porque vamos sacrificar nossa indústria. Seremos dependentes tecnologicamente porque estaremos destruindo nosso centro de pesquisa. No futuro seremos engolidos e dominados.

O LEILÃO

Não há dúvidas de que o leilão realizado no dia 29 de julho, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, foi uma fraude: as regras do jogo foram viciadas seja no que diz respeito ao papel da Justiça seja no que diz respeito ao seu resultado final. O governo cantou vitória com relação ao montante pelo qual a Telebrás foi vendida. No entanto, é preciso que se diga que o "ágio" conquistado é decorrente do preço vil estabelecido pelo governo. Mesmo com o "ágio" de quase 100%, a Telebrás foi vendida por um preço muito aquém do que realmente vale.

Foi também de estarrecer a postura do Poder Judiciário que — a despeito do esforço de vários juizes de primeira instância, em vários estados, — assumiu uma posição tendenciosa. A fundamentação contida nas decisões que cassaram as liminares não avocavam argumentação jurídica e legal para sustar as decisões de primeira instância. Os argumentos foram de natureza econômica. Os juizes tomaram uma decisão política e não jurídica.

Apesar de todo o esforço de parcela representativa da sociedade brasileira, o governo conseguiu entregar um dos maiores patrimônios da Nação, através de um processo repleto de ilegalidades. O futuro demonstrará que a privatização da Telebrás foi efetivamente um crime contra a soberania do Brasil. As gerações futuras hão de cobrar isso.

WALTER PINHEIRO É DEPUTADO FEDERAL PELO PT, FUNCIONÁRIO LICENCIADO DO SISTEMA TELEBRÁS E EX-PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES.

O governo FHC, seguindo a lógica de modernização subordinada, "vendeu" a Telebrás. Para os brasileiros foi um péssimo negócio, que afetará duramente as futuras gerações. Várias são as consequências da privatização.

Inicialmente, ao vender a Telebrás, o governo renunciou à soberania do Brasil em um mundo globalizado. Nenhuma nação do primeiro mundo abdicou do controle das suas próprias telecomunicações. A França, a Espanha, a Alemanha e a Itália abriram os seus mercados, mas estruturaram suas empresas para a competição interna e avançaram para a disputa de mercados externos. O Brasil seguiu o mesmo caminho trilhado pela Argentina, México, Chile, Peru, cujas empresas foram desnacionalizadas e hoje estão nas mãos de estatais européias e empresas norte-americanas.

O governo brasileiro optou em dividir em treze empresas sem expressão no mercado mundial, um conglomerado do tamanho da Telebrás, capaz de faturar R\$ 20 bilhões e ocupando o invejável lugar de 12ª rede de telecomunicações do mundo, quando a decisão que mais interessaria ao povo brasileiro seria a fusão de todas essas empresas numa única organização, que poderia ser chamada de Brasil Telecom, seguindo uma tendência mundial — France Telecom, Itália Telecom, Brish Telecom. O êxito

do governo nesse modelo é o fim do período em que o Brasil foi dono de suas telecomunicações.

Não há no mundo qualquer exemplo bem sucedido de concorrência no serviço de telefonia fixa. Nos Estados Unidos, um ano depois de abrir a concorrência no serviço de telefonia fixa, 99% dos usuários continuam restritos aos serviços do monopólio, conforme artigo de Robert Kuttner, publicado na *Business Week*. O próprio ministro Sérgio Motta reconhecia que estabelecer concorrência no serviço fixo seria o maior desafio. Portanto, a vontade do governo de, logo após o leilão, colocar nas ruas edital para constituir empresas-espelho, parece ser mais um engodo.

Outro argumento para justificar a introdução de um redutor de 3% para a telefonia fixa está relacionado com a possível redução tarifária prevista no contrato. Esse argumento desconsidera o brutal reajuste nas tarifas ano passado, quando a ficha telefônica foi majorada em 85%, a tarifa residencial em 300% e o minuto local em 66%, apesar do lucro líquido de R\$ 3,27 bilhões obtido pela Telebrás no ano anterior.

ELITIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Depois, a privatização atinge diretamente o desenvolvimento tecnológico do país. As telecomunicações estão no

setor de ponta da revolução tecnológica em curso. Sem operação desses serviços, não haverá investimento em centros de pesquisas e toda tecnologia virá com os novos operadores.

Além disso, a indústria nacional de eletro-eletrônica vai ser duramente prejudicada. Os equipamentos de suporte para o fornecimento dos serviços de telecomunicações serão comprados na indústria dos países de origem dos novos operadores. Um exemplo do que vai acontecer já pode ser notado no Rio Grande do Sul, onde a Companhia de Espanha substituiu os telefones públicos por cartão, de tecnologia genuinamente brasileira, por aparelhos moedeiros, fabricados na Espanha, sede da nova dona da CRT.

Finalmente, como desdobramento do desaquecimento industrial, teremos um incremento de desemprego. Todas as privatizações no Brasil produziram desemprego. Com as vendas da Vale do Rio Doce, CSN, Usiminas e companhias do setor de eletricidade, foram demitidos nada menos que 70 mil trabalhadores. Na área de telecomunicações não será diferente.

Os brasileiros, principalmente a população de baixa renda e os moradores dos pequenos municípios pobres, terão mais dificuldades em ter acesso aos serviços de telecomunicações. O Brasil tem mais de 5 mil municípios. Em somente cerca de 500 municípios os serviços de

A VOLTA DO QUE NÃO FOI

Quando o governo federal vai economizar em juros da dívida pública com a venda da Telebrás? Supondo-se que todos os recursos arrecadados sejam utilizados para abater a dívida mobiliária — em títulos — muito pouco.

Afinal, os recursos externos que entram no país para comprar o sistema Tele-

brás devem ser trocados por reais e o Banco Central terá de emitir títulos públicos à mesma taxa de juros dos títulos que o Tesouro Nacional vai recomprar. A diferença entre esses juros — por volta de 20% ao mês — e a remuneração das reservas internacionais, para onde vão os dólares — por volta de 4% — permanecerão sendo pagas pelo Estado brasileiro.

Não se pode esquecer também que o BNDES, que opera com recursos públicos, além de atuar como financiador de várias das empresas que participam da privatização, entrou como participante di-

reto de consórcios como o Telemar, que comprou a telefonia fixa do Sudeste/Nordeste, com até 25% dos recursos.

Resumo da ópera: dos quase 20 bilhões de dólares arrecadados pela venda do setor de telefonia, muito mais da metade continuará pesando na conta de juros da dívida pública. Mais de 2 bilhões de dólares ao ano continuarão engordando bancos e especuladores. Muito provavelmente, muitos deles estão entre os que compraram parcelas da Telebrás.

Fábio Pereira

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE CONSTITUI UMA EXPERIÊNCIA DE DEMOCRACIA DIRETA HOJE SEM EQUIVALENTE NO MUNDO.

RAUL PONT



MANEIRINHOS

DEZ ANOS DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Há dez anos, Porto Alegre iniciava uma experiência pioneira e revolucionária, com a vitória na eleição para o governo da cidade do PT e da Frente Popular. Implantamos o orçamento participativo e começamos a construir uma forma de auto-organização popular que supera os limites do sistema de democracia representativa.

CAMINHADA CONTRA A CORRENTE

Naquela época vivia-se, de um lado, a perplexidade com o desmoronamento do impropriamente chamado “socialismo real”, e de outro, o deslumbramento com a “globalização” da economia capitalista e o triunfo do neoliberalismo com a imposição absoluta dos valores do mercado. Iniciávamos em Porto Alegre uma caminhada contra a corrente, invertendo prioridades, colocando em prática a justiça tributária e aprofundando a democracia através da participação direta da população.

A prefeitura da capital gaúcha tinha, em 1989, 98% de seu orçamento comprometido com o pagamento de pessoal e somente 2% para investimentos e serviços. Começamos por reverter a difícil situação financeira, tanto através de uma reforma tributária no município, como pela prática da democracia direta. O orçamento participativo permitiu que o espaço público fosse apropriado pelo conjunto dos cidadãos, evitando o clientelismo e a corrupção. Conseguimos, dessa forma, alterar radicalmente a situação sem recorrer à receita neoliberal das demissões e privatizações.

Como toda mudança profunda, o orçamento participativo foi inicialmente visto com desconfiança e ceticismo por grande parte da população. Em 1990, apenas 976 pessoas participaram de suas plenárias. Porém, na medida em que os resultados do processo começaram a ser visíveis e palpáveis, a presença foi crescendo de forma regular, de ano a ano, chegando a cerca de 20 mil pessoas em 1987.

RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA POPULAR

A capital gaúcha tem chamado a atenção de militantes, políticos e cientistas sociais de diversos cantos do planeta. A própria Organização das Nações Unidas reconheceu o avanço representado pelo orçamento participativo e em 1996, na Conferência Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia, recomendou a todos os países participantes a experiência de Porto Alegre.

Em que consiste a originalidade de nossa experiência? O orçamento participativo impulsiona a prática da democracia direta e a ampliação do espaço público, fazendo com que parcelas maiores da população assumam elas próprias a definição de seus destinos, questionando o mito de que a política e a prática administrativas são atividades de especialistas. Nestes dez anos de prática, o orçamento participativo consolidou a cultura da participação dos cidadãos. Representantes das diversas comunidades porto-alegrenses decidem as prioridades em obras e serviços na cidade. Familiarizam-se com a estrutura de receitas e despesas de prefeitura e elegem seus representantes no Conselho do Orçamento Participativo, que define o plano de investimentos para o ano seguinte com base no orçamento aprovado.

Através do orçamento participativo foi possível, portanto, alterar profundamente a relações de classe que incidem sobre o espaço urbano e estender abastecimento de água, pavimentação comunitária, saneamento básico, regularização fundiária, educação, saúde, atividades esportivas e culturais a regiões que ainda não tinham acesso a esses serviços.

ANATOMIA DE UM PODER POPULAR

O orçamento participativo (OP) de Porto Alegre é um processo quase permanente – interrompido apenas em janeiro e fevereiro – de intervenção dos cidadãos nos negócios da cidade. Ele é construído pragmaticamente, por etapas sucessivas. Mesmo se o seu funcionamento atual é minuciosamente formalizado, ele não está congelado.

O OP tem uma dupla base territorial: regional – a cidade é dividida em 16 regiões com sua coerência geográfica e social – para os problemas locais; e municipal para cinco temas transversais – circulação e transportes; desenvolvimento econômico e problemas fiscais; organização da cidade

CONFRONTO COM O NEOLIBERALISMO

Mas não podemos superestimar nossas forças e nossas conquistas em Porto Alegre. Na verdade, ainda temos muito a avançar, pois o efeito da “mundialização” da economia dos países da periferia foi devastador, com consequências ainda mais desastrosas do que as verificadas nos países avançados.

No Brasil, os últimos anos de aplicação do projeto neoliberal promoveram a destruição de parte importante da estrutura industrial montada nas décadas anteriores, particularmente das pequenas e médias empresas. O desemprego não para de crescer desde o início da década. A privatização de setores vitais como a siderurgia, a telecomunicações e a eletricidade e a abertura indiscriminada da economia nacional para o mercado internacional produziram um evidente clima de desagregação econômica, política e social. Os agricultores e os trabalhadores urbanos são os mais diretamente atingidos e os que mais sofrem.

Na verdade, o que se mundializa não é nem o progresso científico nem o tecnológico; globaliza-se apenas o merca-

e desenvolvimento urbano; saúde e assistência social; educação, cultura e lazer. Existem 21 assembleias plenárias, abertas a todos os habitantes de uma determinada região, no primeiro caso, e ao conjunto dos moradores de Porto Alegre no segundo.

De março a setembro, as plenárias de base e seus representantes eleitos elaboram uma proposta de orçamento junto com o Gabinete de Planejamento da Prefeitura. E em 30 de setembro, o prefeito o envia à Câmara Municipal. É neste momento que se confrontam a legalidade do sufrágio universal, encarnada pelos 33 vereadores eleitos a cada quatro anos de forma proporcional à votação dos partidos, e a legitimidade – oriunda da democracia direta – dos quarenta conselheiros do OP, apoiados pelas centenas de delegados dos seus fóruns e de forma mais mediada, pelos vinte mil habitantes que participaram nos diferentes momentos do processo do OP.

Bernard Cassen. Extraído do *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1998, p.3.

do e o lucro e, mesmo aí, verifica-se um processo excludente que beneficia apenas alguns poucos países e grupos econômicos poderosos. A experiência do orçamento participativo deve, pois, ser vista como parte da construção de uma alternativa global – econômica, política, social e cultural – à barbárie em que o capitalismo neoliberal está afundando o mundo.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Neste sentido, somos parte dos movimentos de resistências contra o domínio neoliberal que estão eclodindo por todo o mundo e que, para se tornarem eficazes, precisam ir além dos limites cada vez mais óbvios da democracia representativa. É por isso que a auto-organização dos povos indígenas de Chiapas, no México, desperta tanta solidariedade em todos os quadrantes do planeta. É por isso que as greves de dezembro de 1995 promoveram uma virada na situação política da França, com repercussões importantes naquele continente.

Estas novas formas de democracia dos movimentos de resistência vêm se expressando também onde forças políticas de esquerda, com vontade de lutar contra a hegemonia do capital financeiro mundializado e seu pensamento único, conquistam governos locais.

Todas estas vertentes têm as suas particularidades e especificidades, mas todas elas possuem um núcleo convergente: a construção para as bases de uma nova democracia, que tenha a participação popular e a pluralidade como dois eixos irrenunciáveis. Esta nova democracia emergente não pretende repetir os erros de tentativas passadas, já derrotadas, de ruptura com a ordem social em vigor até hoje – aliás, mais excludente e desigual do que nunca. A ruptura ainda se faz necessária, mas para que ela venha a ocorrer precisa buscar os seus sujeitos, que pensem com radicalidade a nova situação.

O que temos pela frente é um processo de troca de experiências originais de enfrentamento da nova situação desde uma perspectiva socialista e a construção de uma democracia direta que surge não como um único modelo, mas, ao contrário, da multiplicidade deles, refletindo toda a riqueza das realidades, experiências e culturas tanto locais como internacionais.

RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE.

DERROTAR BRITTO E FHC E GOVERNAR O RIO GRANDE

O Rio Grande do Sul realiza uma das eleições mais importantes do país, em que o candidato do PT ao governo do Estado, Olívio Dutra, polariza com o atual governador do PMDB, estreitamente vinculado ao governo federal, Antonio Britto, e Lula está na frente de FHC na disputa para a presidência.

No Rio Grande as elites dominantes estão unificadas através de seus principais partidos - PMDB, PSDB, PPB, PFL e PTB - em torno do governador licenciado, preposto do imperador neoliberal FHC e do monopólio das comunicações no estado (a RBS, concessionária local da Globo). Já a oposição ao projeto neoliberal não se apresenta unificada - o PDT tem candidatura própria (a senadora Emília Fernandes).

AS TAREFAS DA FRENTE POPULAR

A Frente Popular, hegemonizada pelo PT gaúcho, juntamente com o PSB, PCdoB e PCB está polarizando a campanha contra as forças neoliberais desde o início, com a chapa Olívio e Rossetto, tendo Bisol como candidato ao senado. Tanto a Frente Popular quanto o PDT tem centrado as suas campanhas na crítica aos governos federal e estadual e na sustentação da chapa Lula e Brizola para a presidência da República.

No estado em que Lula venceu FHC em 1994, a vinculação do governo Britto com o governo federal é fundamental para a vitória da Frente Popular. A nacionalização das eleições no Rio Grande do Sul dependerá em grande medida da capacidade que tivermos de estabelecer uma relação direta entre as políticas do Palácio do Planalto, tão nocivas para o nosso estado, com aquelas implementadas pelo Palácio Piratini.

Diferente das eleições de 1994, desta vez Britto está no governo e busca a reeleição usando e abusando da máquina pública, com uma escandalosa e milionária propaganda oficial - R\$ 69 milhões para 1998, mais do que o orçamento de propaganda da Coca-Cola em todo o território brasileiro neste ano. A campanha para a reeleição do governador conta com estruturas coordenadas que vão do Executivo - incluindo o federal, - ao Judiciário, passando pelo Legislativo e pelo monopólio privado das comunicações (o sistema RBS).

A Frente Popular já provou que sabe transformar princípios democráticos em realizações concretas. Isto se constata nas administrações municipais dirigidas pelo PT no estado. Em Porto Alegre, a Administração Popular continua ampliando o controle público sobre o Estado através do Orçamento Participativo. Os governos da Frente Popular democratizam de fato o poder atendendo as demandas das camadas desfavorecidas.

DOIS PROJETOS

Dois projetos estão disputando a hegemonia da sociedade gaúcha. O neoliberal, de FHC e Britto, é porta-voz do



grande capital nacional e internacional: representa exclusão social, aumenta as desigualdades, entrega do patrimônio público através das privatizações e estimula o individualismo. Já o projeto democrático e popular, de Lula e Olívio, é expressão dos valores essenciais da esquerda, defendidos na luta cotidiana dos movimentos sociais: a universalidade dos direitos de cidadania; a igualdade econômica e social; a democracia participativa visando socializar o controle do Estado; e uma cultura de solidariedade.

Estamos contrapondo a verdade e a democracia às mentiras e ao autoritarismo do "cavalo do comissário", que entrega as estatais gaúchas e o dinheiro público para a maior multinacional do mundo. Estamos denunciando o governo Britto como um governo de poucos e para os ricos.

A Frente Popular propõe um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, com democracia e participação popular. Para alcançar este objetivo precisamos conquistar um governo democrático e popular em que, os trabalhadores do campo e da cidade, junto com os micro, pequenos e médios empresários, construam as bases de uma economia solidária, com crescimento sustentável. Um governo comprometido com os interesses da maioria da sociedade

de gaúcha, que trabalha e que produz.

Nós assumimos compromissos programáticos com o povo do Rio Grande: garantir a criação de milhares de empregos através de bolsas primeiro emprego, do incentivo à criação de micros e pequenas empresas e do Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda; garantir seguro à produção agrícola e crédito de investimento à 370 mil famílias de agricultores; investir 10% do orçamento do Estado na saúde (Britto investe 2%); valorizar os trabalhadores em educação e garantir o acesso à escola para todos; assentar 10 mil famílias de sem terra em quatro anos; garantir a regularização fundiária das ocupações de áreas públicas e privadas; construir uma política cultural descentralizada, crítica e pluralista; democratizar o Estado através da implantação do Orçamento Participativo de verdade.

A MILITÂNCIA PODE CONQUISTAR A VITÓRIA

A Frente Popular tem procurado dialogar com as camadas médias da sociedade gaúcha e com os micro, pequenos e médios empresários urbanos, bem como com os produtores rurais esmaçados pelo atual modelo de desenvol-

A DISPUTA ELEITORAL ESTÁ ACIRRADA: O GOVERNO UNIFICOU A BURGUESIA E UTILIZA A MÁQUINA DO ESTADO; O PT CRESCEU E TEM NA MILITÂNCIA SUA GRANDE FORÇA.

EDUARDO MANCUSO

vimento neoliberal, excludente e concentrador. E temos avançado nesse sentido, ampliando a base social hegemônica pela Frente Popular.

O fato novo na campanha de Olívio e Rossetto é o grande crescimento no interior do estado, nos pequenos e médios municípios (que em 1994 deram a vitória ao candidato do PMDB no segundo turno), esquecidos e completamente abandonados pelos governos federal e estadual. Esse crescimento também reflete a interiorização da construção partidária no estado - o PT quase duplicou o número de diretórios e comissões provisórias no Rio Grande do Sul nos últimos quatro anos.

A Frente Popular também está conseguindo polarizar os assalariados médios e de nível superior, os funcionários públicos, profissionais liberais e os setores sociais mais afetados pelas políticas de FHC e Britto, os pequenos agricultores e os desempregados. Em grande parte são estes setores os responsáveis pelo alto índice de rejeição do governador, cerca de 25%. Mas ainda temos muito trabalho pela frente.

Em 1994 Olívio venceu no primeiro turno em duas regiões: em Porto Alegre (atualmente com 955 mil eleitores) por 57% a 34% e, no segundo turno, por 65% a 35%; e no Vale do Gravataí (400 mil eleitores) por 47% a 43% e, após, por 60% a 40%. O Vale dos Sinos (que têm 565 mil eleitores) foi a única região em que conseguimos virar o resultado do primeiro turno em 94. Olívio fez 42% contra 47% no primeiro e 53% contra 46% de Britto no segundo. Mas é exatamente aí, na região metropolitana de Porto Alegre, que a máquina do governo do estado e os partidos que lhe dão sustentação (e são sustentados por ela), têm jogado seus maiores recursos políticos e materiais, com o objetivo de tentar neutralizar a influência da Administração Popular do PT.

Nas próximas semanas, o trabalho da militância aguerrida da Frente Popular terá que ser incansável. Para derrotar a unidade política das classes dominantes gaúchas e a máquina governista, superar a absurda desigualdade de tempo na TV e no rádio, enfrentar o monopólio da mídia e o poder econômico, a militância petista e dos partidos de esquerda que apoiam a chapa Olívio, Rossetto e Bisol terá que mostrar todo o seu valor e toda a sua capacidade de luta. Só ela, com suas milhares de bandeiras vermelhas, pode derrotar Britto e FHC; só ela, com sua garra e paixão, pode levar a Frente Popular a governar o Rio Grande, "para ganhar esta linda vida que temos para viver".

EDUARDO MANCUSO É SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO PT-PORTO ALEGRE.

GOVERNADOR COMPROMETE O FUTURO DO RIO GRANDE

Com a política de juros estratosféricos de FHC e a administração predatória de Britto, a dívida pública do Rio Grande quase triplicou em três anos e meio, passando de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 8,7 bilhões. A má gestão financeira vem sendo mascarada com o dinheiro das privatizações da CRT (telefônica) e CEEE (energia elétrica) - aquelas que o governador jurou que não ia privatizar, na campanha de 1994.

Sem consultar a sociedade, Britto renegociou em condições inaceitáveis a dívida do Estado com o governo federal. Com isso, ele compromete as finanças estaduais por trinta anos, líquida o que resta do patrimônio dos gaúchos e ainda oferece o Banrisul como brinde. Antes da renego-

ciação, o governo estadual vinha pagando 3% da receita real líquida, à custa do arrocho salarial do funcionalismo. A partir da renegociação, o Estado pagará durante 30 anos 13% de sua receita líquida, equivalente, em valores de 1997, a R\$ 640 milhões por ano. Esse contrato de renegociação - aprovado pelo Senado no dia 30 de junho - estabelece que para cobrar os compromissos assumidos pelo governador, a União poderá dispor como bem entender das finanças do Estado.

Não podemos permitir que isso aconteça. É necessário renegociar os termos do acordo com critérios de autonomia e independência. É isso que Olívio e Rossetto vão fazer quando governarmos o Rio Grande.

A UNIFICAÇÃO DOS SINDICATOS DA CUT COLOCA DOIS DEBATES: AONDE SE CONCENTRARÁ O PODER NELES E QUAL SERÁ A RELAÇÃO ENTRE "CATEGORIA" E A "CLASSE".

GUSTAVO CODAS

Vários fatores têm levado ao enfraquecimento dos sindicatos cutistas. Em primeiro lugar, temos as mudanças no mundo do trabalho—como o crescimento do desemprego, da informalidade e da terceirização—que diminuem o peso de bases tradicionais dos sindicatos. Depois, diversas iniciativas tomadas pelo Estado também reduziram a capacidade organizativa, financeira e de mobilização do movimento. O desemprego e o medo ao desemprego fazem o resto. O sindicalismo cutista compartilha das confusões ideológicas da esquerda pós-queda do Muro de Berlim, com sensível impacto no ânimo militante dos seus ativistas. E, finalmente, as estratégias patronais buscam retirar de "seus" trabalhadores o sentido de "categoria" ou "classe", afastá-los dos sindicatos, integrá-los nas metas empresariais como "parceiros". Dialogando com essa lógica, ganham peso nas estratégias sindicais as negociações por empresa a partir de "pautas patronais". Isto é muito comum nas cada vez mais frequentes negociações de "participação nos lucros ou resultados", onde o que se discute são as "reivindicações" do patrão em matéria de metas de produção, qualidade, produtividade, absenteísmo etc.

ESTÍMULOS À UNIFICAÇÃO

Frente a esse quadro, ganha relevância o debate sobre organização sindical, já que, em quase todos os casos há problemas para continuar financiando as atuais máquinas sindicais. O que em geral tem conduzido a "reestruturações" com demissões de funcionários, terceirizações de serviços e redução do número de dirigentes liberados com salários pagos pelas entidades. Entra em pauta a "racionalização" de alguns serviços (gráficas, jurídicos, etc.) o que, em geral, induz a processos de "unificação" de sua utilização entre vários sindicatos, que logo apontam para uma unificação maior entre as entidades envolvidas. No entanto, se a questão parece ser "objetiva", esbarra em problemas políticos complexos.

O segundo aspecto que tem cobrado relevância é o dos impasses sindicais nas negociações coletivas. Os anos 80 foram o período das grandes campanhas salariais por categoria— a nível estadual ou nacional. Os anos 90 têm sido crescentemente um período de fragmentação das campanhas e, quando há espaço para tais, de focalização da atividade sindical nas negociações por empresa.

A consequência previsível é o aumento da heterogeneidade dentro das categorias e nos ramos. Isso correspon-

ASPECTOS POLÍTICOS DE UM DEBATE ORGANIZATIVO

de perfeitamente ao discurso empresarial e neoliberal que afirma que os direitos dos trabalhadores devem estar subordinados ao desempenho econômico de cada firma. Há, no campo trabalhista-sindical, o equivalente à "guerra fiscal" entre Estados e municípios: os investimentos dirigem-se às localidades com salários menores e menos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Afirmado enfrentar esse duplo desafio— a dificuldade no financiamento das máquinas e o enfraquecimento das negociações coletivas—é que no último período setores da Articulação Sindical têm proposto a construção de estruturas nacionais orgânicas por ramo. Seriam "sindicatos nacionais" (nos bancários e químicos) ou "confederações nacionais" (nos metalúrgicos), onde toda a base de um ramo cutista, desde a representação sindical no local de trabalho até a direção nacional, faria parte da mesma estrutura orgânica. Hoje, os trabalhadores se filiam a um sindicato de base, e é esta entidade que, mantendo sua autonomia, se filia a uma federação de categoria e à CUT.

Pode-se considerar que "sindicato orgânico da CUT" e "sindicato ou confederação nacional" orgânica são duas caras da mesma moeda. No entanto, como bem observou uma sindicalista bancária gaúcha, na passagem da ênfase de um para o outro, ao invés de se discutir a cen-

tralização política "na CUT", discute-se a centralização "no ramo". Sai de cena a Executiva Nacional da CUT, entram em cena as Executivas Nacionais dos Metalúrgicos, Bancários etc. Há aqui pelo menos dois debates: um, sobre "o poder"; e outro que esta proposta, sem tê-la inventado, reforça a tendência a aumentar a identidade "das corporações" em detrimento da identidade "de classe".

O PODER E A DEMOCRACIA

Hoje "o poder" reside no sindicato de base filiado. É ele que pode arrecadar recursos financeiros dos trabalhadores. É ele que pode assinar acordos e convenções coletivas. Ao estar investido de tal poder, o sindicato, enfraquecido, é visto como mais um fator de fragmentação e dispersão da luta sindical e de fragilização das convenções coletivas. A imagem que se tem desse sindicato é a de um "feudo" (de um dirigente ou de um grupo de dirigentes sindicais) que se mantém "fechado" pela lógica burocrática de concentrar o poder, mesmo que este esteja em visível decadência. Daí que se justifiquem as propostas unificadoras. Mas transferir poder do sindicato de base para qualquer outra instância leva imediatamente a outra questão: como será exercido esse novo poder e o que ficará do antigo?

Surge então o problema da democracia. Nos sindicatos de base filiados há pouca democracia. Em geral, há apenas alguma para disputar as eleições sindicais e alguns espaços de participação— mas em muitos casos nem isso. No entanto, a existência de muitos sindicatos dispersos permite que, através das disputas eleitorais, as diversas correntes cutistas cavem seu espaço político. Quando se coloca em pauta a unificação dos mesmos o problema democrático assume outra dimensão.

Quando se abriu em 1994 a discussão sobre "sindicato orgânico" evidenciou-se que o discurso da Articulação Sindical carregava um paradoxo: na CUT existe a proporcionalidade entre chapas em suas direções, mas não se propunha estender esse direito aos sindicatos de base quando se defendia sua absorção pela estrutura nacional cutista. Por que em uma mesma estrutura orgânica vigorariam dois Estatutos diferentes?

Unificar estruturas sem democratizá-las pode significar sim-

plesmente, dificultar a ocupação de espaços políticos pelas correntes minoritárias. Num outro cenário, nada improvável, de fim da "unicidade sindical" imposta em lei, tal unificação pode levar a novos impulsos de divisão orgânica, já que quem queira ter espaço político seria empurrado a construir sua própria organização sindical.

A experiência mostra tanto que a unificação de estruturas não leva necessariamente à unificação das lutas como que a centralização política nem sempre é usada para potencializar as mobilizações, em particular, quando a unificação é feita sem garantir mecanismos democráticos. Neste caso aumenta-se o cacife de um círculo ainda menor da burocracia sindical, inclusive para negociar e assinar acordos ruins em nome do conjunto dos trabalhadores do ramo. Abundam exemplos disso no sindicalismo europeu.

Na proposta de confederação nacional orgânica aprovada no recente Congresso dos Metalúrgicos da CUT afirma-se que— mesmo que fazendo parte orgânica da confederação—o sindicato regional de base terá plena autonomia política, financeira e administrativa.

No entanto, na CUT e suas confederações há uma tradição de alteração do Estatuto a cada congresso por maioria simples. Se hoje aprova-se a autonomia, nada impede que amanhã uma maioria congressual altere isso, e então, o sindicato de base já estará subordinado enquanto instância a essa nova decisão congressual. Por isso, é cada vez mais evidente que os direitos democráticos hoje existentes dentro da CUT devem ser considerados "cláusulas pétreas" dos seus Estatutos.

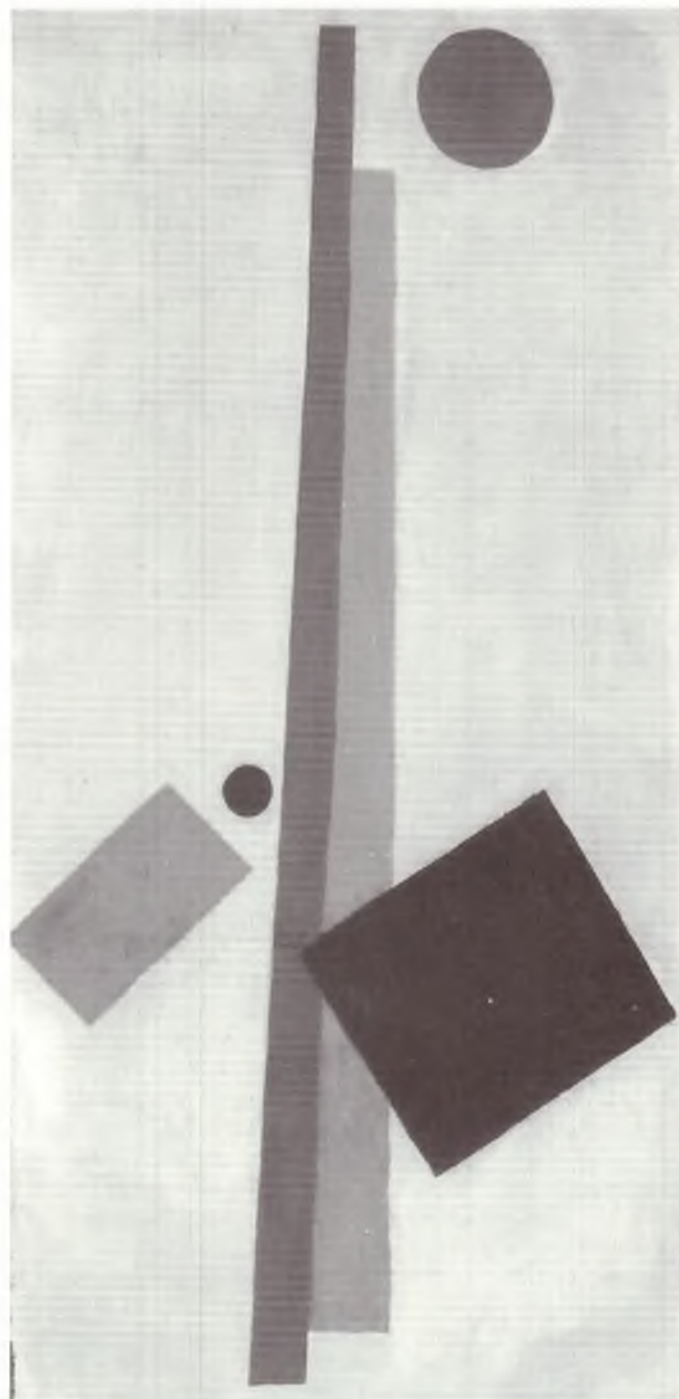
A UNIDADE DA CLASSE

A proposta de estruturas orgânicas cutistas de ramo não trata de uma dimensão política fundamental: como se fará a unidade dos trabalhadores no ramo? Como a média de sindicalização na base cutista é de aproximadamente 30% a questão não é secundária.

No debate sobre "Sistema Democrático de Relações de Trabalho" setores da Articulação Sindical têm defendido uma visão— para um cenário de liberdade sindical— onde o direito de representação do conjunto dos trabalhadores nas negociações coletivas de um ramo seria do "sindicato mais representativo".

Outra é a visão defendida pela Alternativa Sindical Socialista-RS que propõe que o sistema relações de trabalho obrigue à realização de assembleias unitárias e que as negociações sejam conduzidas por uma mesa unitária com representação proporcional dos sindicatos (cutistas e não cutistas) do ramo. Busca-se aqui impor uma dinâmica onde a luta pela hegemonia seja feita no processo de mobilização dos trabalhadores e não pela disputa entre aparelhos sindicais, garantindo ainda mecanismos que promovam a unidade na luta entre os trabalhadores.

GUSTAVO CODAS É ASSESSOR DE POLÍTICA SINDICAL DA CUT NACIONAL.



A MARCHA DOS SEM

A CUT-RS junto com outros movimentos sociais do estado levou, em 23 de julho, cerca de 20.000 pessoas às ruas do Porto Alegre na "Marcha dos Sem". A primeira experiência aconteceu em 1997 como forma de unificar os protestos dos diversos setores populares atingidos pelo neoliberalismo dos governos Britto e FHC. Seu sucesso pode ser creditado a alguns fatores que nem sempre verificam-se em outras instâncias da CUT. O primeiro é que a CUT-RS tem trabalhado uma forte aliança com outros movimentos sociais (MST, movimentos populares, pastorais). O segundo é que a CUT-RS conta com uma rede de 17 CUTs Regionais que ajudam a articular o Estado inteiro (enquanto que em São Paulo a CUT Estadual aboliu as Regionais). Um terceiro fator é que nesse Estado a CUT realiza, faz tempo, um trabalho com desempregados, buscando integrá-los às lutas gerais dos trabalhadores e desenvolvendo laços de solidariedade com eles. Finalmente, tudo isso não é resultado do acaso, mas de uma firme orientação de seu núcleo de direção política.

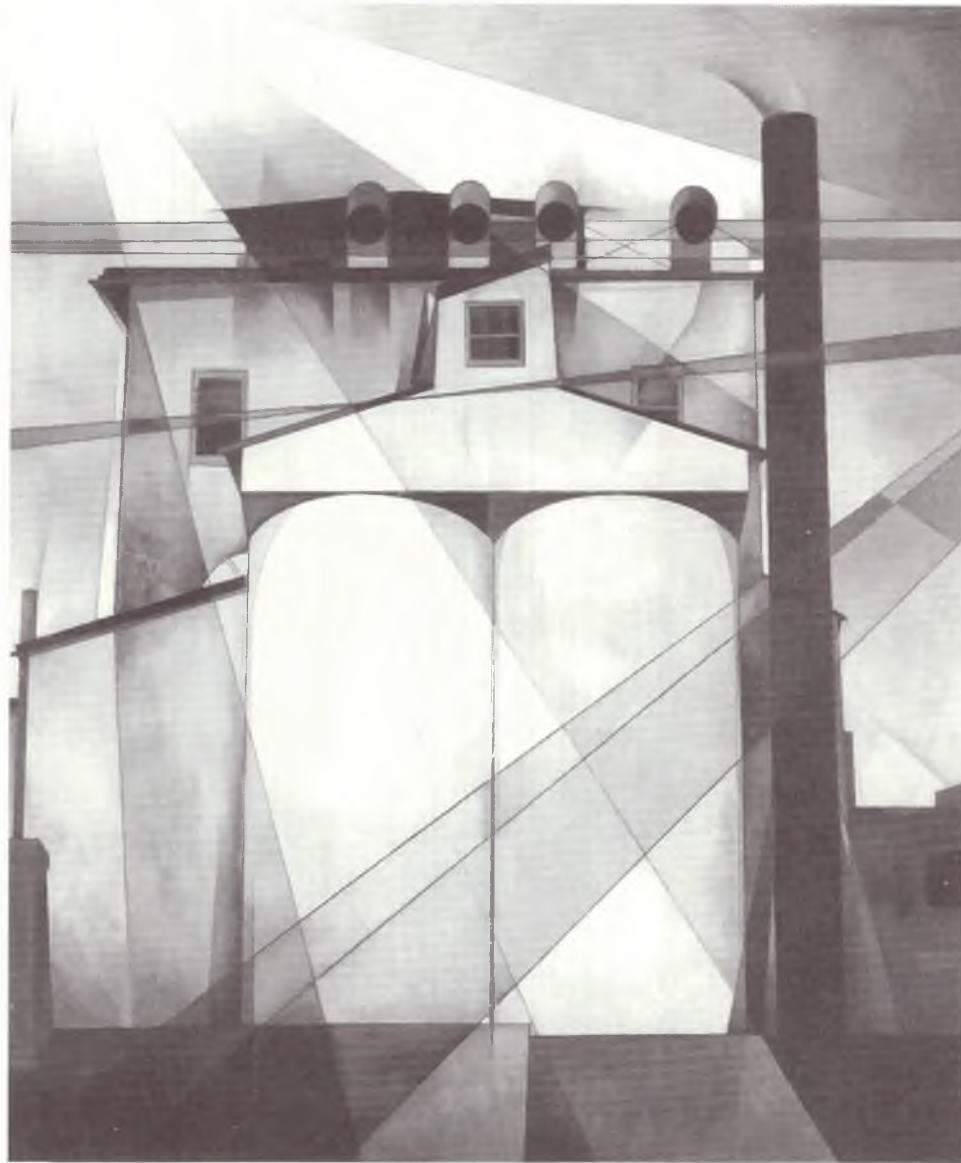
GRITO DOS EXCLUÍDOS

O Grito dos Excluídos de 7 de setembro ganhou este ano uma nova dimensão. Como iniciativa da Consulta Popular – organizada pelo MST, a Central de Movimentos Populares e pastorais da Igreja – foi precedido de cerca de 70 caravanas que desde 3 de agosto percorreram centenas de cidades fazendo um trabalho de educação política nos grotões e pequenos municípios, denunciando o neoliberalismo e o governo FHC e disputando o espaço político a favor da candidatura Lula. Em grande parte dessas caravanas, tiveram presença marcante os sindicatos cutistas e várias CUTs Estaduais que ingressaram decididamente na sua organização. Mas, contrariando a base cutista e o bom senso político, o secretariado da Executiva Nacional da CUT recusou-se a aderir à iniciativa das caravanas.

UMA PROPOSTA NACIONAL

A CUT-RS decidiu levar à Direção Nacional da CUT a proposta de organizar em 1999, a nível do país inteiro, um processo de mobilização e luta nos moldes da "Marcha dos Sem". Faz tempo que a CUT Nacional não consegue dar à sua ação um sentido de enfrentamento global ao neoliberalismo nem apontar para a unificação da luta dos trabalhadores a nível nacional. A última greve geral (em meados de 1996) fracassou em boa medida pela confusa orientação política imprimida pelo setor majoritário da direção da central, que acabava de sair chamuscado da "negociação da previdência" com FHC. Decidiu, então, manter uma "unidade de ação" com a Força Sindical, o que significou que a mesma greve geral servia para reivindicações opostas (já que essa central reivindicava acelerar as reformas neoliberais que a CUT combatia). Resultado: ninguém saberia dizer ao certo o que que a greve reivindicava ou qual era o motivo do protesto. Além disso, os preparativos para a greve foram reduzidos à propaganda na mídia mais a paralisação dos transportes. A experiência de RS aponta, agora, para outras alianças e outros métodos de construção da mobilização.

APROVADA A LEI DAS 35 HORAS NA FRANÇA



CHARLES DREHMLER, AR/AG/1971 (1977)

A VOTAÇÃO DA LEI QUE ESTABELECE A JORNADA DE TRABALHO DE 35 HORAS SEMANAIS, ESTABELECE UM NOVO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.

MAXIME DURAND

sempregados permitiu, também, quantificar a vontade do governo de tocar na política de rendas. Ele permitiu, finalmente, desenhar a hipótese estratégica de uma convergência entre assalariados, trabalhadores precários e desempregados em torno do tema dos empregos proporcionais. O que está em questão é estabelecer concretamente o vínculo entre intensidade e duração do trabalho. Longe de se inserir em uma lógica gestonária, esta abordagem representa um verdadeiro retorno às fontes do movimento operário, com a expressão de reivindicações ofensivas no terreno da organização do trabalho.

A transformação em empregos "normais" de empregos precários (temporários, subcontratados, intermitentes, de tempo parcial, de duplo estatuto etc) é o segundo canal pelo qual passa essa síntese reivindicativa. Lutar pela transformação desses empregos em empregos padrão é a melhor maneira de defender as condições de existência do conjunto dos trabalhadores, e não somente daqueles que são diretamente submetidos ao processo de precarização. Com a queda da inflação, o poder de compra do salário conheceu uma certa progressão em 1997, ao menos para o salário bruto.

Isso estabelece um espaço possível de mobilização, onde deve ser avançada a noção fundamental de controle dos trabalhadores sobre suas condições de trabalho, sobre a natureza e a realidade dos empregos criados e sua distribuição proporcional.

A social-democracia no poder vai procurar transformar a redução do tempo de trabalho em uma medida como as demais e o patronato fará de tudo para demonstrar que isso não cria empregos. É, portanto, ao movimento social que cabe concretizar todas as potencialidades de transformação desta medida. Trata-se de, superando os obstáculos encontrados, demonstrar que a redução da jornada de trabalho vai mais longe do que um simples reordenamento. Ela implica, de fato, em uma redistribuição das rendas, ela estabelece outros princípios de funcionamento da economia – a começar pela gestão do emprego e da organização do trabalho – ela oferece uma oportunidade de avançar concretamente rumo à igualdade entre homens e mulheres e ela constitui, enfim, o eixo de uma Europa verdadeiramente social.

A votação da lei das 35 horas foi uma vitória para o movimento social na França e na Europa. Esta reivindicação conseguiu se impor à corrente, pouco a pouco, até ser assumida pelo conjunto do movimento operário, partidos e sindicatos. Entretanto a lei é uma casca vazia, muito pouco impositiva, que no fundo se contenta em dizer que a duração legal da jornada de trabalho passará a 35 horas no ano 2000 para as empresas com mais de 20 assalariados e no ano 2002 para as demais. Neste sentido, a lei Aubrey reflete também as ambigüidades da situação atual.

Devemos destacar cuidadosamente os limites desta lei. O tempo até sua aplicação é muito longo e estimula a diluição no tempo dos efeitos sobre o emprego: ela fracassa em tornar a passagem para as 35 horas quase imediata, de maneira que o aumento do custo do trabalho pesasse no sentido de estimular a criação de novos postos de trabalho. Do mesmo modo, o campo de aplicação da lei restringe o seu alcance, pois ela não diz respeito ao setor público nem, de imediato, às pequenas e médias empresas.

A lei está desprovida de medidas de acompanhamento jurídico que seriam necessárias para torná-la mais impositiva. A intensificação do trabalho, o congelamento dos salários e a troca de redução do tempo de trabalho pela extensão de horas atípicas (anualização, prolongamento das jornadas, trabalhos no fim de semana) são estradas que a lei mantém abertas. Quanto às medidas de ajuda às empresas, antecipando a redu-

ção da jornada legal, a lei vira as costas às propostas originárias do movimento social de uma taxação das rendas financeiras e dos superlucros. E, sobretudo, as condições de ajuda não respeitam o princípio da proporcionalidade dos trabalhos: no caso de uma redução da duração de 10%, basta criar 6% de empregos para se ter direito à ela.

PROJETO CONTRA PROJETO

Face a um patronato que vai procurar ampliar a flexibilidade, a criação de empregos é a melhor garantia, e sem dúvida a única, contra a intensificação do trabalho. A tentativa do patronato de fazer isso vai obrigar o movimento sindical a elaborar um projeto propositivo oposto ao do patronato, e a mobilizar os assalariados, pela primeira vez, sobre reivindicações que dizem respeito diretamente à organização do trabalho. Além disso, serão interesses sociais contra interesses sociais, projeto contra projeto, e a redução do tempo de trabalho poderá servir de eixo para um projeto anti-liberal articulando o emprego, os salários, a organização do trabalho e a igualdade homens-mulheres.

Uma nova fase vai, pois, ser aberta. Ela surge em um contexto marcado pela emergência do movimento dos desempregados, que permitiu levar em conta a medida da elevação dos baixos salários, com uma franja importante de assalariados em tempo parcial, que se situam no nível do salário mínimo e, portanto, nas proximidades das ajudas aos desempregados. O movimento dos de-

O FUTEBOL EMPRESA SE ORGANIZA EM TODO O MUNDO. NELE, POUQUÍSSIMOS JOGADORES PROFISSIONAIS VALORIZAM ENORMES CAPITALS INVESTIDOS PELOS GRANDES CLUBES E SEUS PATROCINADORES.

CHARLE-ANDRÉ UDRY

No início de 1996 os presidentes da multinacional Phillips e do grande banco holandês ABN-AMRO ocupavam as primeiras fileiras na inauguração do grande estádio de futebol na Holanda, a Arena de Amsterdã. Sobre o gramado se defrontavam dois riquíssimos clubes europeus, o Ajax de Amsterdã e o AC Milan. O jornal americano *Business Week* de 16 de setembro de 1996 revelou uma importante dimensão do evento: "Este estádio é o primeiro da Europa que reúne negócio e diversão... No momento que se abre uma nova estação do futebol europeu, este jogo considerado por muito tempo como um passatempo da classe operária se aproxima dos esportes profissionais das grandes ligas americanas (basquete, beisebol, futebol americano) onde jogadores, agentes (dos jogadores), canais de televisão, anunciantes e patrocinadores se juntam em uma gigantesca empresa comercial." O Mundial de 1998 confirma esta tendência que certamente irá se acentuar.

A GEOGRAFIA DO FUTEBOL

Para que o negócio do futebol prospere é preciso ganhar novas fatias de mercado. A expansão geográfica é uma condição necessária para atingir este objetivo. Segundo a Federação Internacional de Futebol (FIFA), 162 milhões de pessoas jogariam futebol no mundo. O número de jogadores registrados (organizados nas ligas continentais e regionais) atingia em 1996 o total de 107.764.705 pessoas. Estes números não são ignorados pela Adidas, Nike, Puma, Umbro, Reebok apenas para lembrar os principais produtores de chuteiras e outros artigos considerados essenciais... para jogar futebol.

A divisão geográfica dos jogadores registrados merece atenção: a Europa conta com 21,5 milhões; América do Sul, 2,6 milhões; África, 2,1 milhões; América do Norte, México, América Central e Caribe, 21,9 milhões; Ásia, 58,7 milhões; Oceania, 684 mil. Se considerarmos a relação entre o número total de pessoas que jogam futebol e aqueles que são registrados e organizados nos clubes, o futebol da América do Sul e da África têm uma organização mais frágil. Esta massa de "adeptos" do futebol – ainda mais quando estão organizados – forma a base sobre a qual se edifica o espetáculo comercial.

Os jogadores profissionais, a ponta do iceberg, devem assegurar com suas "performances" a competitividade má-

A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA DO FUTEBOL



xima de seu clube. Eles produzem uma espécie de poder de fascinação nas competições transmitidas pela televisão, para que os lucros dos diversos segmentos do setor econômico futebol possam ser maximizados. Eles representam os elos da cadeia que asseguram a ligação – tanto no plano econômico como simbólico – entre a massa de adeptos ativos e passivos (espectadores) e o conjunto de promotores do futebol capitalista.

Os profissionais se concentram principalmente na Europa. Em novembro de 1997 a FIFA contava 22.958 na Europa, ou seja 52,8% do total. A distribuição nos outros continentes (segundo a divisão das ligas regionais) era a seguinte: América do Sul, 11.836, ou seja 26,2%; América do Norte, México,

América Central e Caribe, 4.805 (11%); África, 846 (1,9%); Ásia, 3.515 (8,1%).

EXPANSÃO PLANEJADA

Considerando a concentração regional de jogadores profissionais, o número de registrados no mundo e o poder de compra das populações dos diversos países, a FIFA desenvolve uma política de expansão imperialista do futebol.

A escolha dos Estados Unidos como sede da copa do Mundo de 1994 foi ditada pelo desejo de uma conquista futebolística do continente norte americano. O aumento da imigração proveniente da América do Sul e Caribe (onde o beisebol também é muito popular) de-

verá facilitar a implantação do futebol na América do Norte.

A escolha do Japão e da Coréia do Sul para sediarem a Copa de 2.002 revela a mesma estratégia. Estes dois países são considerados pela FIFA, por seu braço comercial – a International Sport and Leisure (sediada em Lucerna) – e pelos diversos patrocinadores como uma ponta de lança em direção à China. Os empresários do futebol preparam seus passes com muita antecedência.

A expansão geográfica se desdobra em uma multiplicação de jogos e campeonatos internacionais dirigidos a diferentes tipos de jogadores e jogadoras, e portanto a diferentes públicos cobrindo todo o ano. Para começar, o futebol passou a integrar os jogos olímpicos. Entre o ex-ministro do ditador Franco, Juan Antonio Samarach, coordenador do Comitê Olímpico Internacional (CIO), e João Havelange, amigo dos militares brasileiros dos anos 70/80, presidente da FIFA, a bola fluiu bem. O futebol profissional torna-se então uma modalidade dos jogos olímpicos "amadores".

A esta conquista se acrescentam: as copas mundiais de menores de 20 anos e menores de 17 anos, o início de um campeonato mundial feminino e de um campeonato de futebol de salão, bem como os campeonatos continentais que são muito importantes considerando as apostas econômicas, particularmente para o futebol europeu e seus clubes mais ricos.

Os patrocinadores e anunciantes seguem (e estimulam) o colonialismo geográfico e sua diversificação-multiplicação de eventos. Alguns publicitários, durante este Mundial de 1998, procuram se dirigir a um público mais familiar, mais feminino e não como antes somente aos homens aficionados. Esta estratégia tem tudo a ver com os interesses das firmas fornecedoras de produtos para o grande público. A Gillete, um dos 12 patrocinadores da FIFA, lança no momento seu novo depilador para mulheres ("Gillete women"). A Snickers (que pertence a Mars) se dirige aos jovens, meninos e meninas. A mesma coisa se vê nas empresas de produtos eletrônicos para consumo de massa como a Canon e a JVC.

UM MODELO SALARIAL

A imagem do jogador profissional que conquistou o sucesso – como Ronaldinho ou o holandês Overmars – é referência para o jogador profissional. Na realidade, as relações salariais entre jogadores profissionais e os clubes que compram sua força de trabalho são bem mais complexas que a situação privilegiada de algumas centenas de estrelas pode nos fazer acreditar. São elas que mobilizam nos jovens adolescentes o desejo, a identificação e até a esperança de uma saída para a pobreza e o desemprego, em uma cidade da Grã-Bretanha, uma favela do Brasil ou uma aldeia de Burkina-Faso.

Uma observação preliminar é necessária quanto às mudanças nas relações salariais entre patrões e empregados. Es-

tas transformações não são próprias da indústria do futebol. Mas os assalariados do futebol (os profissionais) representam um modelo típico das mutações em curso neste campo.

Já faz alguns anos que os contratos de trabalho, em sua própria natureza, nos vários setores da economia tornam-se mais fluidos. No ato da venda de sua força de trabalho – contra um salário que representa o preço da compra – o assalariado coloca à disposição do empregador suas capacidades produtivas durante um período dado. Porém cada vez mais, os patrões tentam incluir na capacidade de trabalho comprada o sorriso “imprescindível” da vendedora, a lealdade à empresa, a disponibilidade para usar orgulhosamente o boné ou o uniforme da sociedade, o macacão com a marca da empresa. Isto é, o assalariado ao vender sua força de trabalho vende também sua disponibilidade de ser uma espécie de *outdoor* publicitário de sua empresa (“nós fazemos todos parte de uma equipe”).

Os profissionais de futebol – e de outros esportes – vendem sua força de trabalho (sua capacidade de fazer gols, criar situações para o gol, de impedir que a bola entre na rede). É uma mercadoria que tem um preço, mas que gera um valor superior a seu preço de compra.

A partir da “produtividade futebolística” dos jogadores, esta venda se opera com preços diferentes segundo as possibilidades de cada um se transformar em uma produto de apelo eficaz – isto é, um produto que atraia o olhar, sirva de intermediário à venda de qualquer coisa, permita aos torcedores se identificarem melhor com a equipe e seus produtos (uni-

forme, bandeira, mascote). O *status* de “dupla mercadoria” do profissional de futebol não está tão distante das exigências que os patrões tentam impor a diversas categorias de assalariados que devem participar, com entusiasmo, das chamadas novas culturas das empresas. As metáforas esportivas fornecem, além do mais, os elementos-chaves dessas enganações qualificadas de “cultura”.

O mundo usual da instituição empresa futebol está bem distante do “destino extraordinário” de Ronaldo Luiz Nazário de Lima, o Ronaldinho. Seu passe foi comprado em 1993 pelo clube Cruzeiro de Belo Horizonte por aproximadamente 300.000 francos da pequena empresa que era o São Cristóvão. Em 1997 o Inter de Milão pagou ao Barcelona algo como 200 milhões por sua transferência. Aos 22 anos seu “valor de mercado” pode ainda subir – se ele marcar gols. Assim compreende-se porque o *Figaro Économie* de 8 de junho de 1998 afirma que os jogadores “representam de certa maneira ativos (no sentido dos ativos de uma empresa) de uma equipe” e que “para assegurar a revenda, a idade do jogador é igualmente importante. A carreira de um esportista é curta por essência.”

MERCADO EUROPEU UNIFICADO

O caso “Bosman” de 15 de dezembro de 1995, estabelecido pela Corte de justiça da comunidade europeia, representou um passo à frente na organização do mercado livre dos jogadores, o que é ainda mais importante considerando que a Europa é a mais significativa reserva de

profissionais. No final de um contrato que espirava em 30 de junho de 1990, o clube Liège, da Bélgica, queria de toda maneira reduzir o salário de Jean-Jacques Bosman e impedir sua transferência para o Dunkerke, na França. A Corte de Justiça europeia decidiu em favor de Bosman. Assim, desde 1996, um jogador em fim de contrato é “livre”. Ele pode oferecer seus serviços sem que seu clube de origem possa reclamar uma indenização de transferência. Em seguida, os times da União Europeia (UE) deixam de estar limitados a não ter mais do que três jogadores estrangeiros por clube. Assim nasceu um mercado único europeu de futebol profissional. Ele tem uma dimensão internacional ainda maior considerando os acordos existentes entre a União Europeia e os países associados como Bulgária, Hungria, Romênia, Marrocos e Tunísia.

De maneira muito significativa, as decisões da Corte europeia se baseiam em uma assimilação da atividade esportiva à uma atividade econômica: os jogadores sendo remunerados gozam do direito comunitário. A “livre circulação de trabalhadores” na UE deve ser assegurada. O princípio da não-discriminação entre os assalariados dos países membros fez acabar a limitação do número de jogadores de outro Estado membro (ou associado) da UE durante uma competição.

Neste mercado vão agir, com um poder oligopolista, os clubes mais ricos: Manchester United, AC Milan, Inter de Milão, Juventus de Turim, FC Barcelona, Real Madri, Borussia Dortmund, Newcastle United, Bayern Munich ... Estes podem desenvolver uma política e gestão (salários, contratos diferenciados) sobre cinco ou oito anos do segmento dos

jogadores mais rentáveis. Isto é, aqueles que por sua produtividade esportiva atraem patrocinadores e espectadores-torcedores. Aqueles que asseguram a possibilidade de seu clube se classificar para os campeonatos europeus são rentáveis. Aqueles que, já que seu clube está na bolsa, podem fazer subir as ações. Aqueles que são aptos a serem vendidos produzindo uma mais valia máxima.

É neste clube fechado e tão seletivo dos clubes da primeira divisão que se efetuam as transferências que atingem valores extraordinários. Após o caso Bosman, estes clubes modificaram sua política e contratos. Os contratos têm uma duração mais longa e contêm uma cláusula de rescisão. O objetivo é claro: dispor de tempo afim de aumentar o valor de mercado do jogador, “aceitar sua transferência” antes do final do contrato contra uma indenização por rescisão antecipada. A proibição de exigir uma indenização de transferência quando o contrato acaba (caso Bosman) está assim contornada. Além do mais, os clubes ricos começam a propor contratos com cláusulas de seção que mencionam somas muito altas e suas estratégias de transferências – portanto de valorização de seu investimento – se desenvolvem em escala internacional. Daí a importância que adquire o Mundial e um campeonato europeu para as firmas-clubes.

TUDO É MERCADORIA

O mundo do futebol não estaria muito distante do que Marx definiu como uma característica do capitalismo: a reificação (transformação em coisa, em mercadoria) generalizada das atividades sociais. Segundo Marx o “fetichismo da mercadoria” reside no fato de “que uma relação social determinada entre os próprios homens ... toma a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (*O capital*, Livro I).

The Economist, o austero e altivo semanário da Cidade de Londres em um suplemento intitulado “Não somente um jogo” (6 de junho de 1998), resume o que está por trás de todo o sistema montado: “É fato que o esporte profissional por definição é um esporte jogado por dinheiro, e o dinheiro – vindo dos espectadores, patrocinadores ou dos canais de televisão – não funcionariam sem as estrelas... Além do mais, a realidade subjacente é que os atletas recebem aquilo que os proprietários das equipes ou os organizadores dos campeonatos acham que eles valem – o que significa um investimento que trará um lucro”. Uma regra mais do que nunca onipresente.

CHARLES-ANDRÉ UDRY É DIRIGENTE DA ORGANIZAÇÃO SUIÇA **SOLIDARITÉS**. ESTE ARTIGO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NO **JORNAL ROUGE**. TRADUÇÃO DE MÍRIAM NOBRE.



ASSINE O JORNAL

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal ao CORREIO DA CIDADANIA para Rua Dr Alberto Seabra, 1010, cj 31 CEP 05452-001 - São Paulo/SP ou deposite em conta no Banespa, agência 0451, conta 13-001552-9, nominal ao Correio da Cidadania.

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

ASSINE
Revista Sem Terra

Assinatura anual (4 números) - R\$ 20,00

REVISTA SEM
TERRA

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.com.br

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, Alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01202-002, São Paulo/SP ou deposite no Bradesco, agência 0136-8, conta 105510-0, nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.

A LIBERALIZAÇÃO E A DESREGULAMENTAÇÃO PROPICIARAM O RESSURGIMENTO DE UMA CLASSE DE RENTISTAS, QUE HOJE CONTROLA A ECONOMIA MUNDIAL. MAS, APESAR DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO TER AUMENTADO, O INVESTIMENTO CAIU A NÍVEIS MUITO BAIXOS E A ACUMULAÇÃO NÃO PRODUZ CAPITAL NOVO SUFICIENTE.

ENTREVISTA DE FRANÇOIS CHESNAIS À ANTÔNIO MARTINS

Professor da Universidade de Paris XIII, assessor da OCDE por muitos anos, militante de esquerda, o economista francês François Chesnais é autor de uma obra fundamental sobre o capitalismo contemporâneo, *A mundialização do capital* (São Paulo: Editora Xamã, 1996).

Você tem sustentado a idéia de que o que ocorre na Ásia é a primeira etapa de uma crise econômica global. Por que?

Os jornais continuam apresentando a crise, todos os dias, como se fosse resultado de turbulências nos "mercados financeiros asiáticos". Mesmo que pareçam reconfortantes, as notícias não serão capazes de esconder o essencial. Excetuados os Estados Unidos, a Ásia Oriental foi, nos anos 90, a única região do globo em que houve crescimento econômico significativo, tanto para os investimentos verdadeiros quanto para as aplicações financeiras especulativas. A gravidade do processo em curso está ligada ao fato de que, por trás de um episódio aparentemente financeiro, há na verdade uma crise econômica. Ela traduz a dificuldade crescente das empresas — principalmente asiáticas, mas também norte-americanas e europeias — para vender as mercadorias produzidas, atender os objetivos de rentabilidade fixados para os investimentos produtivos e portanto satisfazer os níveis de rendimento aos quais os operadores financeiros se habituaram, sobretudo nos Estados Unidos, ao longo desta década.

Para verificar a fragilidade da explicação que vê nos acontecimentos dos últimos meses um episódio apenas financeiro e regional, basta prestar atenção a um fato: a crise começou há um ano num país muito pouco relevante para as finanças internacionais: a Tailândia. Mas passou, semana após semana, por uma propagação internacional quase "quimicamente pura". Depois de atingir a Coreia do Sul e o Japão, além de ameaçar a China e Hong-Kong, ela já se expande de forma mecânica.

Isso se dá através de três mecanismos básicos. O primeiro está centrado no setor industrial. As empresas se vêem obrigadas a contrair severamente sua atividade, reestruturar-se e demitir. As medidas impostas pelo FMI agravam esta espiral recessivista, que já provocou, na Ásia, o afundamento das exportações regionais e a busca frenética, pelos exportadores, de novos espaços nos mercados mundiais. Este processo acelera a deflação mundial no setor de matérias primas — onde a queda dos preços já havia começado — e a projeta em direção a outros setores.

O segundo mecanismo é o sistema internacional de crédito. A dívida colossal acumulada pelos países asiáticos foi feita por agentes econômicos privados: empresas e bancos, sobretudo. Os empréstimos contraídos fazem parte de longas cadeias internacionais de crédito, cuja manutenção está agora ameaçada.

O último mecanismo está relacionado com as bolsas de valores. Elas são um mundo paranóico, que reage de forma irracional diante das "más notícias". Devido ao caráter altamente hierarquizado das finanças, só a partir de uma *crash* em Nova York e Chicago poderá haver um movimento de amplitude capaz de provocar uma recessão mundial. Mas os próprios especialistas em mercados financeiros excluem cada vez menos esta hipótese.

Vivemos uma situação semelhante à das crises clássicas do capitalismo?

Em parte, sim. Na verdade, há bolsões localizados de superprodução sobre um fundo de sub-acumulação e de uma demanda efetiva insuficiente. Os investimentos básicos em infra-estrutura — por exemplo, redes de água, eletricidade e transportes — estão se reduzindo mesmo nos EUA, em particular nos bairros menos favorecidos das metrópoles. No terceiro mundo, a degradação é evidentemente mais grave. Estive em São Paulo em março. Bastou uma temperatura moderada para deixar as escaras metade da metrópole. A crise que está se gestando está mais claramente relacionada ao neoliberalismo. Nos anos 80, houve, a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, uma mudança no regime de acumulação capitalista. O novo modelo que surgiu caracteriza-se por ser dominado pelas finanças e liderado pelos Estados Unidos, que agora exercem um novo papel nas relações internacionais. É um regime muito distinto daquele que vigorou no mundo capitalista do pós-guerra até os anos 70, e ficou conhecido como "fordismo".

O período entre as décadas 1940 a 1970 foi marcado por uma conjuntura internacional muito particular. A "guerra fria", e em especial a revolução chinesa, obrigaram os Estados Unidos, líderes incontestes do mundo capitalista, a lançar programas reais de ajuda a muitas outras economias. Eles irrigaram de fato, com capitais e tecnologia, o restante do sistema. Os fluxos de capital que partiam dos EUA impulsionaram de modo notável a expansão da indústria, ao financiarem tanto a instalação de uma nova base produtiva quanto o consumo das novas mercadorias produzidas. Um novo clima político permitiu que, na maior parte dos países, os ganhos de produtividade fossem repartidos entre o capital e o trabalho, favorecendo o aumento dos salários e o estabelecimento de mecanismos de produ-

CRISE DA ÁSIA OU DO CAPITALISMO?



ção social. Depois de assegurar três décadas de crescimento econômico acelerado, este regime de acumulação entrou em crise nos anos 70.

É dessa crise que surge o neoliberalismo?

Exatamente. Ao contrário do que sustenta a propaganda das classes dominantes, o novo regime não é produto de uma evolução "natural" dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados capitalistas, com objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital. Diante da queda da demanda interna nos países centrais, a estratégia neoliberal consistiu em aumentar a produtividade através da reestruturação industrial, fusões e aquisições; em quebrar o poder do trabalho organizado, para reduzir a dispersão de lucros; e em fechar as "janelas de oportunidades" que haviam se aberto, através das políticas de substituição de importações, para diversificar os produtos do terceiro mundo. Nenhum desses objetivos pôde ser alcançado, porém, sem promover uma liberalização financeira que quebrou todos os limites impostos, no pós-guerra, à movimentação de capitais.

A liberalização e a desregulamentação provocaram o crescimento acelerado dos ativos financeiros, cuja expansão foi muito mais rápida que a do in-vestimento. Eles passaram de 10 para 35 trilhões de dólares entre 1980 e 91, e continuaram crescendo sem parar. Já no início da década, desse total era representado por dívidas dos governos, inclusive porque as políticas neoliberais afundam os países em déficits crescentes. A expansão dos ativos financeiros permitiu que se reconstituisse uma clas-

se social de "credores profissionais", que desfrutaram de rendimentos resultantes da simples posse de títulos da dívida pública e ações. Para retomar uma bela imagem de Marx, o sistema passou a ser conduzido por aqueles que vivem de renda sem trabalho e pensam que o dinheiro "produz juros assim como a pereira produz peras". Surgiram em consequência, e em todo o mundo, a bola de neve das dívidas internas e a "dita-dura dos credores". Mesmo nos Estados Unidos, onde o déficit orçamentário caiu muito consistentemente, o pagamento de juros se mantém.

É algo inédito na história do capitalismo?

Não, mas nunca foi visto na escala em que o presenciamos hoje. Os assalariados são explorados em excesso, as camadas mais importantes da sociedade são pressionadas através de impostos cujo produto serve para garantir o pagamento de juros da dívida pública. Os rentistas alimentam-se também dos juros de empréstimos concedidos às pequenas empresas agrícolas ou urbanas. Mas apesar do nível de exploração do trabalho ter aumentado, o sistema não produz valores suficientes. O investimento caiu a níveis muito baixos, de forma que, globalmente, a acumulação não produz capital novo suficiente. O curioso é que este mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos 30 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter a crise, quando os mercados entraram em refluxo: o Estado. Pode-se fazer muitas críticas a ele. Conservadorismo, posição monopolista, etc. Elas justificam medidas específicas para corrigir os

problemas apontados. Mas não autorizam a destruição de uma instituição indispensável para sustentar a economia, corrigir os problemas dos mercados e satisfazer as necessidades básicas de vastos setores sociais.

Que efeitos o rentismo provoca sobre os salários e o trabalho?

Os investimentos também caem através de um outro mecanismo. Os fundos de pensão e os fundos mútuos controlam uma parcela cada vez maior do capital das grandes empresas. Mas estes fundos orientam-se pela lógica do curto prazo, o *short-termism*. Por isso, pressionam para reduzir a parte dos lucros destinada aos investimentos. A reação das empresas é reduzir cada vez mais os salários e flexibilizar o trabalho. Para dar "boas notícias" aos acionistas, os administradores promovem processos de "reengenharia" que consistem em demitir, aposentar precocemente e tentar manter a produção com 20% dos trabalhadores empregados antes do processo. Repare que é uma contradição que a política neoliberal não se cansa de agravar: a produtividade aumenta, mas as custas do enfraquecimento e da destruição da demanda.

Qual o papel dos Estados Unidos no sistema?

Os EUA são ao mesmo tempo o pivô e os beneficiários essenciais desse sistema. Sua posição privilegiada como detentores da única moeda realmente mundial, a dimensão de seus mercados financeiros e a possibilidade que oferecem para a multiplicação dos capitais financeiros permitem que continuem investindo muito, mesmo com uma taxa de poupança interna extremamente reduzida. O segredo está em centralizar uma parte enorme da poupança mundial, em terem adquirido, em escala maior que qualquer outro país, os traços de uma nação que vive de renda. É a primeira vez, na História, em que o país central do sistema capitalista absorve a poupança internacional, ao invés de a espalhar pela periferia do sistema.

Há outro fenômeno extremamente preocupante e perigoso. O sistema de pensões dos trabalhadores norte-americanos vinculou-se ao êxito dos fundos de pensão nos mercados financeiros de todo o mundo. Ele já não é viável com base apenas nos recursos gerados internamente. Só se sustenta se persistir o afluxo em direção aos EUA de recursos provenientes de dezenas de países, sob a forma de dividendos e juros das dívidas internas.

Os EUA estão engajados na tentativa de construir uma ordem mundial que talvez não seja unipolar, mas na qual um polo domina completamente, do ponto de vista político, militar e financeiro os dois outros. Esta tentativa é limitada pela extrema pobreza do pensamento e do projeto político que a alimenta. Ela aparece frequentemente como uma demonstração de força pura. Repare que os Estados Unidos reduziram seus gastos militares globais, mas mantiveram as despesas com pesquisa científica e tecnológica relacionada a atividades bélicas. Suas forças armadas são praticamente o único laboratório de pesquisa militar permanente, ao qual estão associadas gran-

des grupos industriais. É esta situação que transforma, por exemplo, a hipótese de uma segunda guerra do Golfo Pérsico numa ameaça permanente. Os EUA precisam testar, no cenário de uma batalha real, uma nova geração de artefatos militares. Por isso, têm desejo real de que a guerra ocorra.

Os Estados Unidos retomaram a competitividade que haviam perdido nos anos 70 e 80?

Em quase todos os setores importantes, e em especial nos de ponta, sim. Além da própria pesquisa relacionada à atividade militar, duas causas explicam essa mudança. Primeiro, o capitalismo regrediu, em boa medida, ao caráter selvagem que o caracterizou até o século passado. Desde que a globalização e a desregulamentação reduziram nitidamente a força dos sindicatos, ele voltou a ser um sistema cada vez menos controlado por movimentos ou forças sociais. Nem o capitalismo japonês nem o europeu são capazes de competir com os Estados Unidos nesse ambiente. No Japão e na Alemanha, as taxas de produtividade são resultado em grande medida de negociações, de compromissos sociais. Agora que a brutalidade do capitalismo norte-americano tornou-se outra vez possível, ele é um fator de peso favorável à competitividade dos EUA.

O segundo aspecto está relacionado com o papel único ocupado pelos EUA no mundo das finanças globalizadas. Uma parte dos enormes recursos financeiros centralizados pelos Estados Unidos alimenta a atividade tecnológica e a inovação internas, com uma força que não havia sido possível alcançar antes. Nenhum outro país do mundo pode oferecer a suas empresas de alta tecnologia facilidades de financiamento semelhantes às proporcionadas pelas bolsas de valores dos EUA.

O rentismo é um fenômeno ligado apenas aos EUA?

Não há um único setor da economia mundial que escape do rentismo. Seus traços apareceram de modo evidente na Ásia. Houve uma acumulação industrial verdadeira, em alguns países. Porém, mesmo ali — e inclusive na China, que ainda não sofreu as consequências mais graves da crise — desenvolveu-se muito rápido um capitalismo abertamente parasitário. Todo mundo estava ciente do crescimento desregulado de instituições financeiras já hipertrofiadas, dos investimentos desmedidos no setor imobiliário, dos imensos projetos de infra-estrutura e agro-industriais que destróem as condições de existência da população rural e o meio ambiente, dos projetos industriais cujas condições de cumprir os objetivos não haviam sido estudadas seriamente.

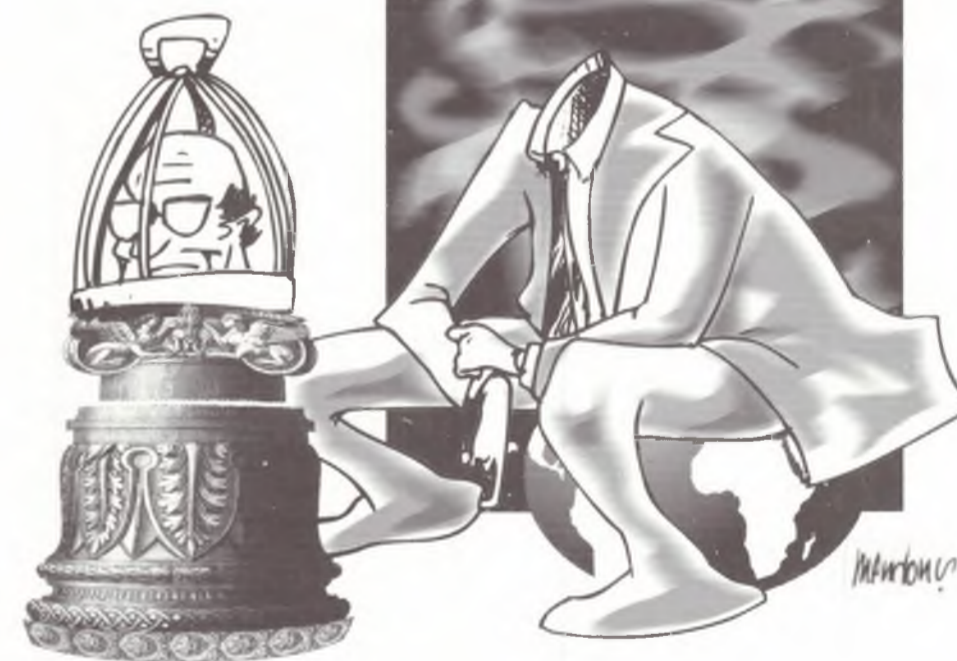
Quanto mais nos aproximamos da periferia, mais aparecem estes traços. Na Rússia, uma parte importante da economia ficou sob o controle de autênticas máfias. Elas florescem no quadro de um capitalismo quase puramente financeiro, onde não há outro interesse além dos lucros de curtíssimo prazo. Os investidores internacionais cobiçam o petróleo, algumas outras matérias primas e a grande agricultura. Mas não têm absolutamente nenhum interesse em se en-

gajar no verdadeiro trabalho de uma possível renovação da base industrial russa. Preocupam-se apenas com as finanças e o setor de exportações e importações.

Enquanto o FMI recomenda aos países "emergentes" taxas de juros mais altas, os EUA, o Japão e a União Europeia têm procurado manter taxas reduzidas. Por que?

As taxas de juros não estão relacionadas principalmente aos "conselhos" do FMI, mas ao papel que cada país e cada mercado financeiro desempenha no sistema. As diferenças são muito reveladoras sobre a natureza hierarquizada, imperfeita e sem instâncias de regulação assumida pelo processo de globalização financeira. No centro do sistema estão, evidentemente, os Estados Unidos. Em torno deles, há os países do G7 e a Suíça, onde as taxas de juros pagas pelos respectivos Tesouros são relativamente baixas. Os outros mercados estão todos na periferia — mas há, entre eles mesmos, hierarquias.

Os aplicadores decidem o papel de cada país. Em todo o mundo há apenas 25 grandes praças financeiras. A maior parte dos países, portanto, sequer está integrada diretamente aos grandes fluxos de capitais — e mesmo os participantes do processo podem ser excluídos a qualquer momento. É o que ocorreu com a Indonésia, onde resta, agora, o esforço do FMI para recuperar os créditos duvidosos...



Como o Brasil participa do jogo?

As taxas de juros expressam esta hierarquização entre os países. Mas indicam também as condições que certos governos, e certas classes dominantes interessados em somar-se à globalização financeira, impõem a suas sociedades para fazer a integração. O caso do Brasil é notável, porque houve nos últimos anos uma reviravolta política e econômica. Desde a década de 30, a burguesia industrial havia ocupado o centro do poder. A crise econômica de 29, no plano econômico, e o vanguardismo, no plano político, haviam colocado em segundo plano os setores cuja riqueza provinha do escravismo, do latifundismo, de uma relação com o sistema financeiro que vê nos bancos ape-

nas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas.

Nos últimos anos, porém, a burguesia financeira assumiu o poder político, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social brasileira. Os interesses próprios desse setor combinam-se com o dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A burguesia financeira apóia-se no sistema mundial que lhe dá, inclusive, enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise. Em 1994, no México, os investidores mexicanos foram os que transferiram mais rapidamente sua riqueza para o exterior, quando a desvalorização do peso tornou-se uma possibilidade real. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, pode apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país.

A constituição da União Europeia e o surgimento do euro poderiam ameaçar a hegemonia financeira dos EUA?

No momento, é muito difícil saber o que o advento do euro provocará. Há inclusive uma tese, que não é minha e que não pude ainda examinar, segundo a qual a moeda única, mais as forças combinadas dos mercados financeiros de Frankfurt, Paris e Zurique poderiam constituir uma nova divisa-refúgio — e dessa forma abalar a capacidade dos próprios Estados Unidos de resistir a ações especulativas contra o dólar. Mas é preciso lembrar, antes de tudo, que as instituições não são entes mágicos. Não se formou ainda uma vontade política comum da Europa em relação aos as-

suntos internacionais e principalmente em face dos Estados Unidos – e essa articulação entre finanças e política é muito importante.

O euro pode ser uma moeda bem mais atraente que o marco alemão ou o franco francês. Mas não há por enquanto, um Estado centralizado e forte por trás dele, nem o mesmo grau de certeza para os investidores financeiros. O Banco Central europeu é também uma incógnita. Ele vai ser um ente financeiro criado ao modelo do Bundesbank alemão? Ou se limitará a controlar a inflação e as taxas de câmbio? Estará dotado do mesmo pragmatismo, e da mesma capacidade de intervenção cotidiana que caracteriza o FED?

Os países asiáticos também estão distantes desta unidade política e financeira?

Sim. Eles formam, por enquanto, apenas uma rede de trocas comerciais, e de certo movimento de capitais. Estão divididos por rivalidades políticas muito fortes e antigas. Há as ambições e o orgulho nacional do Japão, da Coreia, da China, tantas vezes conflitantes. Embora o Japão seja a economia mais forte, sua hegemonia está muito longe de ser reconhecida na região. Além disso, a presença norte-americana é muito forte, tanto política quanto financeiramente. O papel do iene não tem nenhuma comparação sequer com o do marco, que evitou o agravamento da crise monetária europeia, entre 1992 e 93. As diversas moedas asiáticas que se desvalorizaram não estavam ancoradas à moeda japonesa, mas ao dólar e não há, por enquanto, nem sombra da constituição de uma zona monetária comum.

Uma das particularidades desta crise é que não há um movimento de oposição ao capitalismo articulado internacionalmente. De que forma a crise poderia ajudar a formar essa resistência?

Uma das grandes dificuldades políticas da situação atual é que, face à organização das burguesias financeiras no plano mundial, e à potência política e militar dos Estados Unidos, somos obrigados a assumir o fato de que na maior parte dos casos – e penso que há uma única exceção – a primeira resposta dos trabalhadores ao neoliberalismo ainda precisa ser dada em plano nacional. Somente dando esta resposta, da maneira mais contundente possível, será possível encorajar outros movimentos de assalariados, operários, camponeses, em outras partes do mundo. Pensar apenas numa ação internacional, nas condições de hoje, pode tornar-se, infelizmente, um pretexto para não agir.

A exceção é a Europa. Lá acumularam-se condições favoráveis a uma ação internacional da classe operária e dos movimentos sociais. Há uma história comum, pela qual se pagou o preço muito caro de duas guerras mundiais. Seja como for, as lições foram absorvidas conjuntamente: os povos europeus sabem, por exemplo, que não podem jamais voltar a fazer a guerra entre si. Embora construída com base no mercado, a União Europeia foi feita também a partir de uma crítica ao papel dos Estados Unidos. É, além disso, um mercado controlado, onde os capitais não são inteiramente livres. O que caracteriza o capital europeu, aliás, é a necessidade de um certo grau de consenso social e a possibilidade muito reduzida, por enquanto, de adotar formas tão brutais de exploração como nos EUA. Nenhum país da Europa continental adotou, por exem-

plo, o modelo thatcherista de ataque aos direitos sociais.

Qual a situação dos movimentos sociais europeus?

Há uma efervescência social na França, que ficou conhecida a partir da greve geral de 1995-96 pelos direitos previdenciários. A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana militando nesses movimentos. A consciência política e ideológica de oposição ao neoliberalismo também é impressionante, e reconhecida nos demais países. A história da luta de classes na França gerou, além disso, tradições muito importantes. Até mesmo os assalariados de novo tipo, que atuam em profissões intelectuais e recebem ordenados muitas vezes elevados, enxergam-se como trabalhadores – não como agentes do capital. Temos, por fim a sorte de manter um sistema de aposentadorias por repartição, que não depende dos fundos dos mercados financeiros. Pouca gente se vê como sócia do capital...

Desses novos movimentos pode surgir uma ação social mais transformadora?

Depende de algumas condições. A influência simbólica que o movimento social francês tem em toda a Europa – e muito particularmente na Alemanha – é notável. Mas sua clarificação programática está atrasada. Há ainda pragmatismo demais e incapacidade de anunciar um projeto mais amplo. Se este problema for resolvido, se o objetivo que se

pretende deixar de ser um salário ou rendimento mais alto, e passar a ser o controle dos meios de produção, surgirá uma situação nova, com chances de repercussão internacional muito grandes.

O neoliberalismo não é, portanto, irreversível...

Só uma amnésia histórica pode dar crédito à ideia de que a tirania dos mercados, que promove regressão e política, além de oferecer empregos cada vez mais raros, é "inevitável". Algumas das transformações desencadeadas pelo neoliberalismo são de fato irreversíveis, no sentido de que impedem que se volte atrás, que se reutilizem certas receitas de política econômica e social que funcionaram no passado. Mas reconhecer a irreversibilidade das mutações não tem nada a ver com aceitar as políticas que, pretensamente, "decorrem" delas. Apenas obriga a procurar saídas construídas a partir dos novos dados políticos e sociais, por mais difícil que isso possa ser.

Os próprios movimentos sociais já começam a formular pontos de um programa de oposição ao neoliberalismo. Ele inclui aspectos relacionados ao mundo do trabalho, como proibição de demissões, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, transformação dos contratos temporários em vagas estáveis, salário-desemprego integral para os desempregados, restabelecimento de todos os direitos previdenciários e, na Europa, da legislação sobre trabalho noturno e trabalho em tempo parcial. Mas também encampa pontos que têm a ver com a garantia dos direitos dos despossuídos, como requisição das habitações desocupadas para alojar os sem-teto, renovação dos bairros populares e periferias de popula-

ção trabalhadora, proibição dos despejos de locatários, suspensão das privatizações dos serviços e empresas públicas.

Como executar estas medidas?

É neste ponto precisamente que está uma linha divisória clara. Diante de qualquer programa voltado para restabelecer ou ampliar as conquistas dos trabalhadores e excluídos, os neoliberais repetem uma velha cantilena. Alegam que são propostas "inviáveis", pois o caixa do Estado está vazio e o endividamento é alto. Sustento, porém, que a responsabilidade dos economistas que romperam com o "pensamento único" é, em primeiro lugar... romper verdadeiramente com ele! Para satisfazer necessidades permanentes e aplicar medidas de emergência, não basta uma denúncia passiva da "ditadura dos credores". É preciso repudiar a dívida pública. Ela transfere para os rentistas uma parcela da renda nacional tão elevada que já não se mede em volume de recursos, mas em porcentagem do PIB: entre 2 e 5% nos países centrais, muito mais que isso na periferia. É preciso, evidentemente, adotar medidas para proteger os pequenos poupadores. Mas não vejo chance alguma de romper com o programa neoliberal sem acertar as contas com o rentismo.

Você parte da base teórica do marxismo para propor um programa voltado para enfrentar o "capitalismo real".

É o que vou tentar esboçar nos meus próximos artigos. No momento, a questão do capital não pode ser resolvida no nível do Estado, ou das fronteiras. A saída é reconhecer que os meios de produção e reprodução da vida social são potencialmente independentes do capital, embora tenham uma aparência capitalista. É preciso reconstituir um sujeito social. Os principais avanços do pensamento filosófico foram feitos em épocas em que grupos de pensadores e formas de organização política e social aceitaram e estudaram o fato de que a história não é um processo que evolui sem fio condutor ou sem sujeito – mas pode ser conduzida socialmente pelo ser humano. Esta ideia foi sustentada pelos enciclopedistas no século 17 e marcou a Revolução Francesa. Vejo meu trabalho como o de um seguidor desta tradição. A história sem sujeito conduz necessariamente ao caos e à barbárie. Entregá-la aos mercados, ou delegá-la ao governo dos Estados Unidos é, para mim, um retrocesso ideológico extremamente grave.

Esta mesma tradição foi reivindicada pelas primeiras experiências socialistas

Sim, e é preciso fazer um balanço muito rigoroso delas. O próprio Lenin ressaltava que o partido de "tipo leninista" era uma forma de organização para um país determinado, no contexto de um momento histórico preciso. A caricatura desta posição é algo desastroso, que combina aspectos de blanquismo e de *putsch* com a proclamação genérica de um saber constituído que se transforma em dogma – defendido por uma seita ou igreja que ao chegar ao poder adquiriu todos os elementos necessários para transformar-se numa elite burocrática que usurpa a revolução para si mesma. Fazer a crítica radical desta deformação, reafirmando ao mesmo tempo a necessidade de transformar o ser humano em sujeito da história, é o desafio internacional que precisamos enfrentar.



Patrocinada pelo *Le Monde Diplomatique* e por inúmeras entidades francesas, foi formada em 3 de junho de 1998, uma associação internacional para taxar as transações especulativas no mercado de divisas. A seguir publicamos a plataforma aprovada pela Assembléia Constitutiva desta associação e uma carta de seus dirigentes explicando os objetivos da Attac.

A globalização financeira agrava a insegurança econômica e as desigualdades sociais. Ela limita e rebaixa as escolhas dos povos, das instituições democráticas e dos Estados soberanos em favor do interesse geral. Ela os substitui por lógicas estritamente especulativas, que exprimem apenas os interesses das empresas transnacionais e dos mercados financeiros. Em nome de uma transformação do mundo apresentada como fatalidade, os cidadãos e seus representantes perdem o poder de decidir sobre seu destino. Este rebaixamento, esta impotência, alimentam o avanço dos partidos antidemocráticos. É urgente parar este processo, criando novos instrumentos de regulação e de controle, em nível nacional, regional e internacional. A experiência já mostrou que os governantes não o farão sem que alguém os encoraje. Superar o duplo desafio da implosão social e da desesperança política exige portanto um despertar cívico e militante. A liberdade total de circulação dos capitais, os paraísos fiscais e a explosão do volume de transações especulativas obrigam os Estados a uma corrida desnorteada para agradar os grandes investidores. Em nome da modernidade, 1,5 trilhão de dólares vão e vêm a cada dia pelos mercados de troca, à procura de um lucro instantâneo, sem relação com o estado da produção e do comércio dos bens e dos serviços. Esta corrida tem por conseqüências o crescimento permanente dos rendimentos do capital, em prejuízo dos rendimentos do trabalho, a generalização da precariedade social e o aumento da pobreza. Em bus-



COMBATER O CAPITAL ESPECULATIVO

ca de segurança, os assalariados são agora convidados a trocar seus sistemas de aposentadoria por um mecanismo de fundos de pensão que termina subme-

tendo ainda mais suas próprias empresas aos imperativos do lucro imediato, agrava as condições de trabalho, amplia a influência da esfera financeira e con-

FORMADA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA PROMOVER A TAXAÇÃO DAS TRANSAÇÕES ESPECULATIVAS DE MOEDAS, A ATTAC, AÇÃO POR UMA TAXA TOBIN DE AJUDA AOS CIDADÃOS.

vence os cidadãos de que se tornaram arcaicas as relações solidárias entre nações, povos e gerações. A pretexto do desenvolvimento econômico e do emprego, os países-membros da OCDE não renunciaram a assinar um Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que daria todos os direitos aos investidores e imporá todos os deveres aos Estados. Ao mesmo tempo, a Comissão Européia e certos governos querem prosseguir sua cruzada livre-cambista através da articulação de um Novo Mercado Transatlântico, que visa abertamente consolidar a hegemonia dos Estados Unidos nas produções audiovisuais e dismantlar a política agrícola comum. A maior parte das engrenagens desta máquina de produzir desigualdade, entre Norte e Sul e no próprio coração dos países desenvolvidos, ainda pode ser freada. Muito frequentemente, o argumento da fatalidade se alimenta da censura da informação sobre as alternativas. As instituições financeiras internacionais e os grandes meios de comunicação (cujos proprietários são muitas vezes beneficiários da globalização) fazem silêncio sobre a proposta do economista norte-americano James Tobin, prêmio Nobel de Economia, para taxar as transações especulativas nos mercados de divisas. Mesmo que sua alíquota fosse de apenas 0,05%, a Taxa Tobin reuniria cerca de 100 bilhões de dólares por ano. Arrecadada, no essencial, pelos países industrializados, onde se localizam as grandes praças financeiras, esta soma poderia ser revertida às organizações internacionais para ações de luta contra as desigualdades, para a promoção da educação e saúde públicas nos países pobres, para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Tal dispositivo jogaria areia nas engrenagens da especulação. Ele alimentaria as lógicas de resistência, restituiria liberdade de ação aos cidadãos e aos Estados e, sobretudo, significaria que a política recupera a prioridade. Com este objetivo, os signatários se propõem a criar a associação ATTAC (Ação por uma Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos), que lhes permitirá produzir e difundir informação para agir em comum, tanto em seus respectivos países quanto a nível regional e internacional. Têm em vista entravar a especulação internacional, taxar os rendimentos do capital, punir os paraísos fiscais, impedir a generalização dos fundos de pensão, reconquistar os espaços perdidos pela democracia em benefício da esfera financeira e se opor a qualquer novo abandono da soberania dos Estados a pretexto do "direito" dos investidores e dos negociantes. Trata-se simplesmente de nos reapropriarmos, juntos, do futuro de nosso mundo. ■

O QUE É A ATTAC

Caros amigos, Gostaríamos de integrá-los a uma iniciativa, de nome ATTAC, que acaba de ser desencadeada na França a partir de uma idéia do jornal *Le Monde Diplomatique*, e ao mesmo tempo de propor uma campanha internacional acompanhada de uma série de ações e reuniões. Nossa proposta parte de uma constatação dupla: — a especulação internacional e os movimentos de capitais representam um peso cada dia mais importante — e a crise indonésiana é a manifestação mais recente disso —, fora de qualquer possibilidade de controle democrático. Os estados e as populações são destituídos de todos os meios reais de intervenção; — as respostas e os meios de resistência se desenvolvem, em grande maioria, num quadro nacional, enquanto nossas possibilidades de ação se multiplicariam, se fossem coordenadas internacionalmente.

A associação ATTAC se constituiu, na França, a partir de um agrupamento de jornais, associações e sindicatos interessados não apenas em produzir e difundir informação sobre os diferentes aspectos da dominação do capital financeiro, mas também em adotar ações concretas para reconquistar os espaços perdidos pela democracia. Esta vontade de agir não vem apenas de jornais, sindicatos ou associações: antes mesmo da constituição da ATTAC, milhares de cartas de cidadãos de toda a França, e de

numerosos países, manifestavam o desejo de lutar em favor de tal projeto. Nossa idéia é partir de proposições precisas e federativas a nível mundial, especialmente a "taxa Tobin", que consiste em taxar — mesmo que muito levemente — todos os movimentos de capitais nos mercados de divisas. Trata-se igualmente de compartilhar as experiências que se desenvolvem em cada um de nossos países e a nível continental (encontros e reuniões paralelas americanos e europeus, etc.), e de refletir em comum sobre os elementos de respostas alternativas à hegemonia do capital que estes movimentos esboçam.

Vocês encontrarão, nessa correspondência, a carta que serve de referência à associação ATTAC na França. Os membros fundadores representam forças muito diversas: jornais (o que na França representa uma atitude inédita nesta escala); sindicatos de assalariados (os que estão presentes na ATTAC constituem uma fração muito importante de uma paisagem sindical muito dividida); um sindicato camponês; associações de desempregados que desempenharam um papel decisivo no último movimento de desempregados; movimentos de luta contra a exclusão, de defesa dos direitos das mulheres etc, além de um leque de organizações que vai dos Artesãos do Mundo à confederação das cooperativas operárias...

Nosso desejo é poder trabalhar, nos diferentes países, com forças tão diversas quanto as que se reuniram na França. Sabemos que não será fácil, porque os setores dispostos a participar da iniciativa podem ser numerosos e influentes num país, mas fracos em outro. As prioridades de ação são, também elas, muito diversas segundo as situações nacionais ou regionais.

Além disso, as estruturas associativas ou sindicais podem ter outras perspectivas de ação em sua agenda. Enfim, e sobretudo, a carta e as perspectivas que estamos antecipando podem ser objeto de diferentes apreciações. É por isso que somos muito prudentes em nossas propostas. Se for possível um acordo sobre a necessidade de promover campanhas de ação comum contra a ditadura dos mercados financeiros e em favor de uma regulamentação das finanças internacionais, assim como sobre a necessidade de discutir as diferentes experiências de mobilização e resistência em nossos países e continentes, todo o resto pode ser debatido entre nós. Nós lhes propomos, portanto, discutir estas propostas, analisar se as perspectivas de ação comum lhes parecem possíveis e entrar em contato conosco.

Pretendemos convidar aqueles que puderem comparecer a participar de uma primeira reunião de trabalho, em dezembro deste ano, em Paris, por ocasião do cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem. Nessa ocasião, discutiremos a possibilidade de organizar um grande encontro mundial, talvez em julho de 1999. Também consideramos a possibilidade de promover uma reunião paralela ao encontro de Davos, em janeiro de 99. Todas estas idéias precisam, com certeza, ser discutidas em profundidade.

Pedimos que entrem em contato conosco para nos informar com sinceridade sua opinião, e para organizarmos a discussão destas propostas. Com companheirismo militante, Pela direção da ATTAC,

Bernard Cassen, presidente,
Christophe Aguiton, secretário-geral.

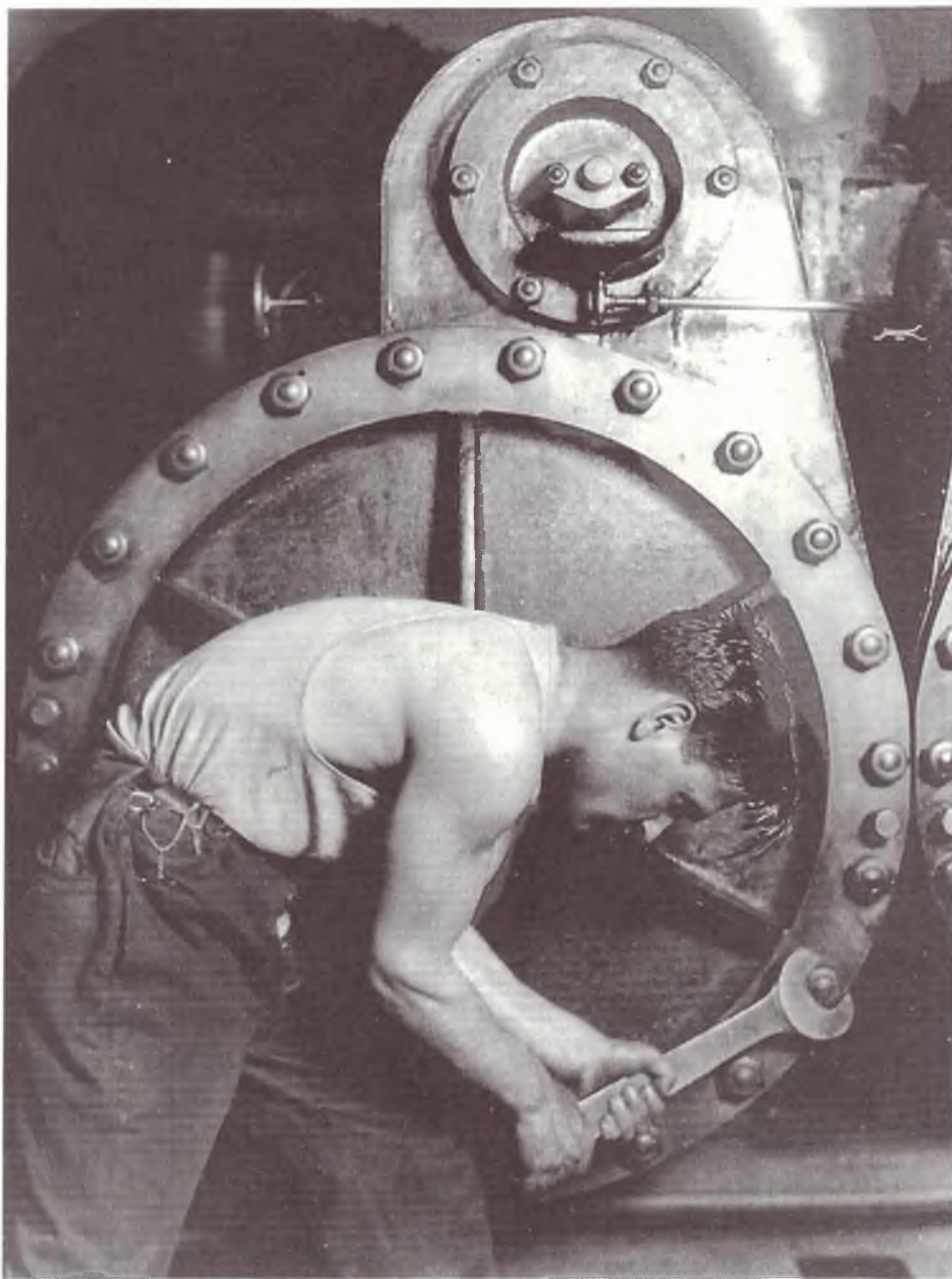
AS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NO CAPITALISMO PROVOCAM NÃO O DECLÍNIO DO TRABALHO, MAS O SEU REPOSICIONAMENTO, COM O DESENVOLVIMENTO DO PÓLO DO TRABALHO INTELLECTUAL, EM DETRIMENTO DO PÓLO DO TRABALHO MANUAL.

EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE

Em um famoso ensaio intitulado "Trabalho: a categoria sociológica chave?" – publicado em *O Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Brasiliense, 1989) – Claus Offe procura captar as mudanças em curso no mundo do trabalho, determinadas pelas metamorfoses do capital.

A partir de uma avaliação das características do mercado de trabalho na Alemanha, Offe descreve uma "polarização ampliada" localizada entre as regiões centrais da sociedade do trabalho e os não-qualificados e permanentemente desempregados ou as pessoas irregularmente empregadas" (p.193). Diversos estudos sobre o mercado de trabalho fundamentam este diagnóstico da perda e centralidade do trabalho na sociedade

TECNOLOGIA E METAMORFOSES DO TRABALHO



atual. E Offe identifica, ao lado dessa reorganização do mundo do trabalho, um enfraquecimento da "dimensão subjetiva" do trabalho. Seu ensaio pode ser lido como uma discussão sobre (a ascensão e) a queda da ética do trabalho.

REPOSICIONAMENTO DO TRABALHO

Uma das mais importantes características do sistema capitalista é a permanente revolução de suas bases técnicas. Do motor a vapor à Internet, paradigmas tecnológicos se sucedem e as exi-

gências colocadas ao trabalho são requalificadas. O sistema capitalista constitui complexos arranjos institucionais para impulsionar o progresso tecnológico. Empresas com laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D), institutos de pesquisas sustentados com verbas públicas e universidades são partes importantes de um complexo sistema de inovação.

A década de noventa assiste uma transformação importante nos países centrais, a emergência da economia baseada no conhecimento. Nessa nova fa-

se, cresce o número das pessoas envolvidas diretamente com a produção, transmissão e difusão de informação e conhecimento. Novas profissões surgem, enquanto outras desaparecem. Esse movimento consolida um processo geral de "reposicionamento do trabalho": o desenvolvimento de um pólo de trabalho intelectual, em detrimento do pólo do trabalho manual.

Essa avaliação aponta para o fato do trabalho continuar sendo uma categoria central. Ao mesmo tempo, diagnóstica que o caráter do trabalho que é cen-

tral muda radicalmente: agora é o trabalho intelectual. O conceito de reposicionamento do trabalho permite a absorção de todas as contribuições de Offe na avaliação da situação atual do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que aponta para uma conclusão geral diferente daquela do sociólogo alemão.

O processo de reposicionamento do trabalho multiplica a capacidade produtiva global e abre inúmeras possibilidades. É, pois, contraditório que exatamente quando o trabalho social (trabalho da totalidade da sociedade) mostra o máximo de suas realizações, Offe questiona a sua centralidade para a sociedade.

Na verdade, o diagnóstico de Offe foi realizado há quinze anos atrás (o seu texto é de 1982), quando a atual revolução das tecnologias da informação e da comunicação ainda não havia demonstrado todo o seu potencial. Essas mudanças continuaram, intensamente, levando a uma avaliação do surgimento de uma nova fase do capitalismo, caracterizada como uma "economia baseada no conhecimento" (*knowledge-based economy*).

Porém, mesmo a emergência de uma economia baseada no conhecimento não corrobora o diagnóstico de Offe sobre a perda de centralidade da categoria trabalho: Offe não discute as metamorfoses do capitalismo contemporâneo à luz do "trabalhador coletivo" (como formula Marx no capítulo VI, inédito, de *O Capital*).

A CENTRALIDADE DO "TRABALHADOR COLETIVO"

Assistimos, desde o início do século, à importantes metamorfoses do capitalismo: diferentes paradigmas tecnológicos se sucederam (eletricidade e aço, química, materiais sintéticos, o automóvel e a produção em massa, a eletrônica e os computadores), expressando a ascensão das tecnologias baseadas na ciência, que influencia de forma crescente a emergência dos novos paradigmas tecnológicos.

O que temos é a sofisticação da divisão de trabalho e a crescente importância da ciência na dinâmica capitalista contemporânea apontam para uma articulação mais complexa do "trabalhador coletivo". Ao longo desse século e mais recentemente na emergência da economia baseada no conhecimento, cresce o peso do pólo do trabalho intelectual no interior do trabalhador coletivo. Esse crescimento se articula com uma sofisticação na divisão de trabalho, que é institucionalmente organizada. Isso viabiliza a aplicação sistemática da ciência à produção. Esse arranjo do "trabalhador coletivo" é capaz de multiplicar a produtividade do trabalho social, podendo servir de base a inúmeras alternativas de organização social para repartir os frutos desse trabalho.

Dessa forma, a colocação de Offe é algo paradoxal, pois no momento em que o trabalho coletivo produz um nível incomparável de riqueza surge o dia-

AS CULTURAS BRASILEIRAS



Na década de 70, a preocupação com a cultura brasileira, face à modernização dos projetos encampados por grupos no governo, suscitou uma enorme discussão sobre a identidade cultural do país. A identidade cultural era considerada uma bandeira de resistência contra a cultura estrangeira. Intelectuais, políticos e artistas colocavam suas posições sobre a cultura brasileira.

Em Recife havia os que apoiavam o projeto tropicalista, onde materiais de plástico e guitarra elétrica podiam ser incorporados ao que denominavam de brasilidade. Os Armoriais, ao revés, tentavam recuperar os elementos mais puros da cultura popular para formar uma arte brasileira erudita.

O "armorial" foi sempre motivo de muita polêmica. Aclamado por uns e criticado por outros, o Movimento Armorial conseguiu realizar uma arte erudita brasileira com base nas tradições populares do nordeste. Essa arte Armorial retrata tradições que já tinham sido motivo de reflexão de autores da "Escola do Recife", como Silvio Romero. Ele realizou estudo sobre a poesia popular e afirmava ser esta a "verdadeira" poesia que expressava a cultura nacional.

Não podemos esquecer os aportes regionalistas de Gilberto Freyre, onde as tradições da região nordestina costumam ser marcadas como o substrato nacional, enfatizando aspectos antropológicos e sociológicos dessa região na formação do povo brasileiro. As leituras armoriais das tradições populares ibéricas também indicam uma visão idealizada de nação mas ressaltam muito mais o viés estético do que o antropológico ou sociológico.

Não sem razão, podemos conhecer o Movimento Armorial pelas palavras de seu entusiasmado fundador, Ariano Suassuna. Mas é sobretudo pelas obras que o Armorial deixou na música, literatura, artes plásticas... que podemos trilhar as ressignificações que estes artistas imprimem às tradições conhecidas como nordestinas. Identificamos um elo em comum dos artistas, ou seja, acreditavam numa arte erudita baseada na cultura popular, mas havia uma especificidade na elaboração de cada obra permitindo uma não homogeneidade na linguagem, nos traços, nos sons armoriais.

Entretanto, o universo armorial deixava bem claro o comprometimento com uma expressão cultural que não absorvesse influências estrangeiras modernas e preocupava-se em deixar uma marca singular na cultura brasileira. Para elaborar a afinidade com essa cultura brasileira os armoriais elaboravam uma arte, segundo grupos de esquerda da época, pouco comprometida com uma arte libertadora e de conscientização. Portanto, havia mais de uma maneira de compreender o que era a "cultura brasileira",

O MOVIMENTO ARMORIAL PROCUROU RECUPERAR OS ELEMENTOS MAIS PUROS DA CULTURA POPULAR PARA FORMAR UMA ARTE BRASILEIRA ERUDITA.

MARIA THEREZA D. DE MORAES



mostrando que de fato existiam mais de uma cultura e que estas formavam-se não apenas na junção da diversidade mas também vivenciando contradições simbólicas e materiais.

É interessante observar como os discursos e práticas assumem significados diferenciados em relação ao contexto histórico específico. Na década de 70, grupos de posições políticas as mais variadas defendiam a cultura brasileira contra as seduções consumistas da época do "milagre econômico"; hoje a globalização muitas vezes é discutida como um "fenômeno" inevitável. As armadilhas estão presentes quando, ao invés de falarmos do desenraizamento cultural instituído pela globalização, colocamos as esperanças em slogans que provocam menos a reflexão e mais a ilusão de sermos iguais no "orgulho de ser nordestino", como na propaganda da rede de supermercados Bom Preço.

MARIA THEREZA DIDIER DE MORAES É HISTORIADORA E PROFESSORA DA UFPE.



gnóstico de sua perda de centralidade.

À luz do conceito do reposicionamento do trabalho, pode-se considerar que o ensaio de Offe, ao descrever o formato que o mercado de trabalho vai ganhando em uma sociedade avançada como a Alemanha (empregados qualificados X desempregados e subempregados desqualificados), trata de uma das possibilidades de arranjo social. Outras possibilidades são abertas pela revolução tecnológica.

PROGRESSO TECNOLÓGICO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Para pensar nessas alternativas, é necessário problematizar uma articulação automática entre progresso tecnológico e desemprego. O progresso tecnológico é crucial para a melhora do bem-estar da humanidade. O que causa desemprego é a utilização que o capital faz desse progresso técnico. É perfeitamente possível se pensar em arranjos sociais distintos dos existentes hoje, onde ganhos de produtividade decorrentes de avanços tecnológicos possam ser revertidos para redução de jornada de trabalho e não para a redução do emprego. O tempo de trabalho poupado por novas máquinas, mais eficazes, pode ser utilizado para programas de retreinamento e requalificação. O que, aliás, levaria a novos aumentos de inventividade e produtividade do trabalho.

As mudanças tecnológicas tem um caráter permanente e a sociedade deve ter a capacidade de construir instituições que lidem com as conseqüências desse progresso (instituições de um Estado de Bem-estar Social) e aproveitem as possibilidades abertas pelas novas tecnologias – uma questão fundamentalmente política. Por isso é importante retirar do progresso tecnológico a pecha de ser responsável pelo desemprego. Essa colocação, teoricamente incorreta, contribui apenas para construir u-

ma visão fatalista e pessimista, que por sua vez alimenta o desânimo e o imobilismo social.

O BRASIL: SEM TECNOLOGIA NEM EMPREGO

Offe descreve "uma sociedade capitalista industrial altamente avançada, dirigida por um Estado de Bem-Estar Social altamente desenvolvido" (p. 194). Portanto, para discutir as implicações para o caso brasileiro da polêmica aberta por Offe, inúmeras mediações são necessárias.

No caso do Brasil o progresso tecnológico é, no máximo, incipiente (o país não possui um sistema de inovação maduro), os níveis de subemprego, de precarização do trabalho e desemprego são preocupantes e falta um Estado de Bem-Estar. As elites dominantes no Brasil combinam conservadorismo social e atraso tecnológico.

Para a maioria da população, para os assalariados, é necessário impulsionar um processo de mudança tecnológica, ampliando a capacidade de evolução industrial e de criação de novos emprego. Por exemplo, é grande o número de postos de trabalho atacados por condições insalubres, perigosas e afetando pesadamente as condições de saúde dos trabalhadores: postos candidatos à extinção.

Ao lado da necessária constituição de um sistema nacional de inovação, o Brasil precisa construir as instituições de Bem-Estar para prover a flexibilidade e o dinamismo de formação e treinamento indispensáveis a uma sociedade tecnologicamente dinâmica.

EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE É DOUTOR EM ECONOMIA, PESQUISADOR DO CEDEPLAR-UFMG E AUTOR DE INVENÇÕES, MUTAÇÕES: O PROGRESSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM HABERMAS, OFFE E ARROW. BELO HORIZONTE: EDITORA UNA, 1996.



UMA ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO

Uma economia baseada no conhecimento pode ser definida por: a) preexistência de um sistema nacional de inovação maduro; b) destaque para o papel da infra-estrutura de conhecimento como componente desse sistema de inovação (Smith, 1997); c) construção de uma infra-estrutura informacional, como uma conseqüência da revolução das TICs; d) sofisticação da divisão de trabalho, com a participação de parcelas expressivas da força de trabalho em atividades de produção, difusão e transmissão de conhecimentos.

sorção desses conhecimentos, o que pode se tornar em uma poderosa ferramenta para o crescimento econômico.

A importância crescente das redes de conhecimento, enfatizando o papel da infra-estrutura informacional, pode contribuir para redefinir o papel do setor público, na medida em que a Comissão Européia chega a especular sobre um eventual papel estratégico dos serviços públicos de informação: poderiam eles se transformar em um dos novos motores do crescimento econômico?

Os múltiplos impactos da emergência da economia baseada no conhecimento se combinam com outros fenômenos contemporâneos e tornam a análise do seu significado complexa: a globalização das atividades financeiras, maior internacionalização das atividades de P&D, a ampliação do espectro de ação das grandes corporações transnacionais, a existência de pressões sobre a ação sindical e as reformas nas estruturas de bem-estar social dos países mais desenvolvidos. Alguns desses fenômenos podem ser diretamente articulados com a revolução das tecnologias de informação e comunicação (globalização das atividades financeiras, internacionalização de atividades de P&D), enquanto outros teriam fatores determinantes distintos, mais políticos e decorrentes de correlação de forças nos cenários nacionais e internacionais (pressões sobre movimentos sindicais, desregulamentação etc).

Características importantes da EBC são: a) nova dinâmica na formação de conhecimento tácito e codificado; b) importância crescente das redes de conhecimento; c) aceleração dos processos de aprendizado interativo.

Os estímulos para a codificação do conhecimento, combinados com as facilidades de armazenamento e acesso a dados, apresentam uma das mais importantes fontes de oportunidades para os países mais atrasados. A existência de informações científicas e tecnológicas disponíveis enfatiza a necessidade dos países desenvolverem capacidades de ab-

A CLASSIFICAÇÃO DE CERTAS INFORMAÇÕES COMO SEGREDOS DE ESTADO TRANSFORMA AS POPULAÇÕES EM VÍTIMAS DAS MAIS ATROZES MANIPULAÇÕES.

ALEXANDRA DOURADO E NUNO MILAGRE

Por que é que os Estados insistem em classificar como “segredo de estado” certo tipo de informação, investigações e experiências que deviam ser de domínio público? Será aceitável que o poder político, por decisão própria, omita o que possa ser inconveniente, para do alto do trono poder praticar as coisas mais atrozes, descansado no conforto do desequilíbrio entre quem faz e quem nem o imagina que lhe possa ser feito? Com ou sem o conhecimento das populações, o Estado — pela mão das polícias, médicos ou cientistas que detêm informação e ferramentas — exerce a supremacia e manipula pessoas.

A razão do segredo é só uma: as populações não admitiriam sequer ser as vítimas das “investigações e experiências inadiáveis” pela simples razão de serem contra elas. O primado economicista sobrepõe-se a todos os valores e direitos humanos que insistem em existir. O segredo de estado é a via fina dos Estados mais ou menos democráticos para as práticas abusivas destinadas ao controle das populações. É a vantagem do crime sem castigo, onde o escândalo só rebenta anos depois, quando os danos são irremediáveis e os responsáveis já se retiraram de cena.

Vejam os alguns exemplos de como o segredo de estado fragiliza e torna vulneráveis os seus alvos, independentemente do grau de informação a que acedem.

EVENTUALMENTE CÂNCER

Entre 1951 e 1958, a Comissão de Energia Atômica norte-americana realizou inúmeros testes nucleares no deserto do Estado do Nevada. As suas consequências foram mantidas como segredo de estado e os ensaios prosseguiram quando, dados suficientes demonstravam que a precipitação radioativa resultante das explosões nucleares ultrapassava os limites do deserto.

Em consequência destes testes, entre 10.000 a 75.000 pessoas estiveram expostas a radiações e podem ter ingerido iodine-131 através de líquidos e alimentos, o que lhes abre a angustiantes eventualidade de durante as suas vidas poderem vir a ter câncer de tireóide. São as vítimas de um contexto de Guerra Fria em que tudo é sacrificável para se andar um passo à frente dos maus... E para dar o passo, na altura, o governo dos Estados Unidos classificou como segredo de estado toda a informação relativa à este crime contra as populações.

Foram precisos trinta anos para o governo dos Estados Unidos admitir publicamente os efeitos dos testes nuclea-

SEGREDOS DE ESTADO

res. Foi durante a era Reagan, quando se desclassificaram de segredo certas matérias, mas muitas das informações só agora se tornam do domínio público, sobretudo por fortes pressões do Instituto para a Pesquisa de Energia e Meio-Ambiente e de outras organizações. Só no decorrer do ano passado foram tornados públicos mapas com a localização dos pontos mais atingidos pela precipitação radioativa.

A precipitação radioativa revelou-se também nociva para certas produções industriais. A Eastman Kodak Company, ao ser confrontada com a deterioração de filme derivada da chuva radioativa, ameaçou a Comissão de Energia Atômica com um processo em tribunal no caso de os testes nucleares lhe trazerem mais prejuízos. A CEA e o Governo passaram então a fazer avisos prévios às escondidas à Kodak e a outros fabricantes de filme para que pudessem proteger os seus produtos nos momentos de maior precipitação radioativa. Enquanto isso a população descansava com as garantias de segurança feitas pela mesma Comissão e pelo governo.

A substância resultante da precipitação radioativa que danifica a película é a mesma que provoca o câncer de tireóide: iodine-131. O seu maior veículo de propagação é o leite. A substância, absorvida pelo gado, incorpora-se no leite, tornando as crianças o alvo imediato.

O rad — unidade de medida de radioatividade em tecido humano — nas zonas mais afetadas durante os testes chegou a ser 10 vezes superior à média

nacional (2 rad). Os estados de Montana, Utah, Idaho, Colorado e Dakota do Sul receberam radiação suficiente para serem considerados pontos quentes. Os caprichos do vento e da chuva levaram índices de radiação muito elevados para pontos longínquos dos locais dos testes e, pela circulação do leite empacotado, chegou a haver em Nova Iorque leite com níveis de iodine-131 suficientes para ser considerado impróprio para consumo.

Um segredo que passados 40 anos ainda não foi completamente tornado público. E que produziu, em todas as pessoas que estiveram expostas às radiações, milhares de “segredos” que vão sendo revelados conforme os cânceres vão se manifestando.

ESTERILIZAÇÃO FORÇADA

Na Suécia, durante um período de quarenta e um anos (1935-1976) foram esterilizadas, sem conhecimento, 60 mil pessoas (na maioria mulheres), por razões de proteção da raça nórdica ou de “higiene social”. Uma das principais motivações da lei, que datava de 1935 e sofreu uma ligeira modificação em 1941, era de ordem econômica: uma “raça” sueca mais pura e mais saudável permitiria reduzir os custos da segurança social. Esta lei, recomendada pelo Instituto de Biologia Racial da Universidade de Uppsala fundado em 1922, procurava eliminar da população as “marginais” cujos comportamentos não se enquadravam na ordem social vigente. O leque de

interpretações que se fizeram desta lei deu espaço para serem esterilizadas “as pessoas inferiores”, “as mães solteiras com vários filhos”, “psicopatas”, “portadoras/es de características raciais indesejáveis”, “vagabundas/os”, “ciganas/os” e pessoas de “raça mista”.

Até um rapaz considerado “sexualmente precoce” foi esterilizado assim como uma ex-professora que foi esterilizada em 1943 com 17 anos por ser míope. Neste último caso, o governo na altura considerou-a “mentalmente inferior” e obrigou-a a submeter-se à esterilização fazendo-a assinar um papel que, sem ela saber, estava a dar a autorização (a família não teve conhecimento). Em 1996 pediu uma indenização ao governo, que lhe foi recusada. Da mesma forma, metade dos 36 pedidos de indenização foram recusados com base na suposta “legalidade” das operações.

As esterilizações eram oficialmente voluntárias visto muita das vítimas serem obrigadas a assinar uma autorização, caso contrário punham em risco as crianças que já tinham e todos os benefícios sociais.

Embora o escândalo só tivesse rebentado em agosto de 1996 através de um artigo escrito por Maciej Zaremba, já em 1986 dois jornalistas da agência de imprensa sueca TT teriam tido acesso a uns “dossiers” confidenciais da Comissão de Psiquiatria Social, que constatavam que nove mil mulheres e quatro mil homens teriam sido vítimas desta legislação. Nesta altura, a ministra da Saúde, Gertrud Sigurdson, declarou-se chocada com as informações e determinou que a legislação, que ainda se encontrava em vigor, fosse substituída por uma nova lei que apenas permitisse a esterilização “livre e voluntária” a funcionar como complementar às modalidades de controle da natalidade. O choque desta ministra pelo visto não serviu de nada pois foram mais onze anos para que a discussão fosse retomada.

Além da Suécia, muitos outros países da “Europa civilizada” continuam a ter legislações em vigor que possibilitam este tipo de atentado aos direitos individuais. Um semanário satírico francês, *Charlie Hebdo*, revelou recentemente pelo menos 15 mil casos de mulheres deficientes mentais vítimas de esterilizações forçadas. Estas operações são muitas vezes praticadas sob a capa de outra operação. Até este momento existem poucos estudos, mas o Ministério do Emprego e da Solidariedade e a Secretaria de Estado da Saúde já encomendaram um inquérito que averigue a extensão dos casos. As e os anestesistas franceses não querem adormecer ninguém para uma esterilização sem terem indicações sérias e o consentimento do paciente, visto que, segundo o *Charlie Hebdo*, desde 1994 as companhias de seguros recusam-se a cobrir as suas práticas quando há queixas das mulheres esterilizadas.

A Áustria está a rever leis ambíguas sobre a esterilização de menores e sobre a esterilização forçada em mulheres com *handicap* mental. Na Suíça, as mulheres com *handicap* mental são vítimas de uma lei que data de 1928 e cuja prática continua ainda hoje a ser levada a cabo. Tal como na França esta intervenção acontece normalmente durante outros tipos de operações.



ABUSO DA QUINACRINA COMO CONTRACEPTIVO

A quinacrina é um medicamento barato e fácil de encontrar. Criado inicialmente para combater o paludismo, o chileno Jaime Zipper idealizou em 1970 uma forma de a utilizar como método de esterilização para as mulheres. Os comprimidos são inseridos no útero com um colocador de DIU modificado causando uma inflamação local cuja cicatrização produz uma obstrução das trompas de falópio. Mais de 100 mil mulheres de muitos países do Terceiro Mundo têm sido esterilizadas por este medicamento obsoleto.

A consulta da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre Métodos de Esterilização Feminina propôs, em julho de 1994, que se realizassem quatro estudos pré-clínicos da toxicologia da quinacrina. A *Family Health International* realizou estes trabalhos e publicou um relatório, em setembro de 1995, que mostra que três das quatro experiências feitas indicam que esta droga é mutagênica, logo cancerígena. A OMS recomendou assim que se parassem com as provas clínicas.

Apesar desta recomendação oficial, as experiências com um grande número de mulheres não terminaram, continuando na Índia, Bangladesh, Chile, Filipinas, Vietnã, Paquistão, Indonésia, China, Egito, Irã, Croácia, Venezuela e Costa Rica. Elas são financiadas pelo *Center for Research on Population and Security*, uma ONG sediada nos EUA e controlada pelos Drs. Kessel e Mumford.

Estes senhores têm dedicado a sua vida à luta contra a crescente população do Terceiro Mundo, convencidos de que a emigração de Sul para Norte se deve à sobrepopulação do primeiro. Para eles a fertilidade feminina é uma ameaça para a segurança nacional dos EUA, que corre o risco de se tornar um país do Terceiro Mundo se não elaborar leis de imigração mais rigorosas. Financiados pelo movimento anti-imigração norte americano e pela *International Federation for Family Health*, transferem dinheiro para médicos no Chile, Bangladesh e Índia para patrocinar supostas provas clínicas com a quinacrina, viajam por todo o mundo visitando clínicas e consultórios privados, instalam cabinas de informação nas conferências nacionais e internacionais de ginecologistas e obstetras para recrutar médicas/os do Terceiro Mundo, defendendo que a quinacrina é um método seguro, barato e efetivo.

O desfecho destes segredos e violências criminosas é um pedido póstumo de desculpas públicas em cerimônia oficial, que não recuperam um centímetro das perdas que as pessoas sofrem. A ilegitimidade de pôr e dispor do presente e futuro das populações ao sabor de interesses circunstanciais partilhados unicamente pela classe governante é indesculpável. E mais indesculpável é quando estes atentados continuam a acontecer a sombra da aldeia democrática global, onde a qualidade de vida de umas pessoas legitima a morte de outras.



MATÉRIA ORIGINALMENTE PUBLICADA NO **COMBATE** Nº 217/8 (LISBOA, JANEIRO DE 1998).



ABORTO: UM CHOQUE DE CULTURAS

Nos últimos dois anos, o debate sobre o direito ao aborto esteve na pauta da política em Portugal. Diferentes projetos de lei, despenalizando ou ampliando o direito, foram submetidos ao Congresso. Obviamente, a pressão da direita também se fez através de propostas reacionárias. Finalmente, com receio de ser derrotada, e com a conivência do Partido Socialista, a direita defendeu que fosse feito um referendo após a votação no Congresso. Aprovado um projeto que legalizava o atendimento ao aborto até a décima semana de gestação, ele foi, em 28 de junho, submetido ao referendo. Em meio a um intenso debate, o projeto não foi considerado aprovado pois o referendo (marcado para as férias de verão) não teve quórum. Alexandra Dourado apresenta aqui aspectos importantes desse debate.

Discutir o aborto é por em causa a nossa cultura fundada em raízes judaico-cristãs. Discutir o aborto obriga a falar de sexualidade feminina assumindo-a como específica e diferenciada. Defender o direito ao aborto é negar a função sexual da mulher como máquina de reprodução e dar-lhe espaço para decidir sobre o seu corpo e sua vida. É aqui que surge a polémica. A sociedade que sempre negou à mulher o direito a uma sexualidade própria é a primeira a insurgir-se contra a legalização do aborto.

Neste último ano, Portugal assistiu a essa discussão silenciada durante treze anos. Muitos argumentos se ouviram, uns a favor outros contra a liberalização do aborto. Quem era contra dizia que o Serviço Nacional de Saúde não tinha capacidade para receber todas as mulheres que iriam recorrer aos hospitais para interromperem voluntariamente a gra-

videz, impedindo assim a realização de intervenções cirúrgicas de emergência; ou que não podia se discutir este problema porque a Assembleia da República não estava presente uma das partes interessadas, "os fetos"; ou que fossem doadas a orfanatos todas as crianças que não fossem desejadas. Outra proposta, num tom de exaltação à procriação, consistia em "rever a lei da maternidade e da paternidade e alargar os direitos da mãe a ficar com o filho em casa durante os seis primeiros anos de vida, sendo garantido o seu posto de trabalho e o seu salário". Estas propostas demagógicas negam o custo real para o Serviço Nacional de Saúde do atendimento das mulheres que acedem aos hospitais após complicações por terem abortado clandestinamente, continuam acreditar que as mulheres abortam como quem bebe um copo de água e a atribuir à mãe toda a função educativa no desenvolvimento da criança.

Quem era a favor dizia ser a mulher a principal interessada em decidir se queria ou não ter uma criança, que esta era uma questão de saúde pública e a legalização seria a única forma de dar resposta a todas as mulheres que atualmente recorrem ao aborto clandestino pondo em risco a sua vida.

UM ESTADO LAICO?

Frente à fraca organização do movimento social fica a falsa imagem de que foram os jornais, as televisões e as rádios os principais atores desta discussão. As tendências ideológicas em cada um deles pesaria para privilegiar uma perspectiva em detrimento da outra.

Este debate distorceu as questões de

O DEBATE SOBRE A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO EM PORTUGAL EVIDENCIA A NECESSIDADE DAS MULHERES OCUPAREM OS LUGARES CENTRAIS NA DEFESA DE SEUS DIREITOS.

ALEXANDRA DOURADO

saúde pública, privilegiando uma "não" discussão que se circunscreveu ao que é ou não é a vida. Esse quadro foi muito fortalecido pela intervenção da Comissão de Ética para as Ciências da Vida e do primeiro-ministro que opinava como o "grilo falante", o seja, como se fosse a voz da consciência de todos. A comissão de ética confundiu as questões de moral e de ética com a moral beata. A avaliação das questões éticas implica sempre afastarmo-nos daquilo que são os nossos valores para formularmos uma posição mais abrangente e abstrata, que pode não corresponder às nossas convicções pessoais. O que todavia se verificou foi a existência de uma Comissão dominada por valores fundamentalistas católicos, cujos integrantes mais destacados eram também membros da Associação dos Médicos Católicos. O parecer por eles emitido era em quase tudo semelhante ao abaixo-assinado entregue por esta associação no parlamento.

Um dos aspectos do debate foi a questão da objeção de consciência dos médicos: a obrigatoriedade do médico objeto de consciência de enviar a grávida a outro médico. Aceita-se que a classe médica tenha direito à objeção de consciência, mas quando o exercício deste direito impede a satisfação de outro?

Toda esta esgrima argumentativa serviu essencialmente para nos apercebermos de algo que já suspeitávamos: o peso da Igreja Católica em estruturas que deveriam ser laicas. Deve ser motivo de reivindicação a exigência de órgãos laicos em estruturas como a Assembleia da República e a Comissão de Ética para as Ciências da Vida principalmente quando existem elementos que abandonam o perspectivismo, condição essencial para se exercerem estas funções.

FRACA MOBILIZAÇÃO

Contra a grande mobilização do movimento de direita "Juntos pela vida", que difundiu uma propaganda chocante e enganadora, estava a esquerda institucional que não fez o menor esforço para sair para a rua, que circunscreveu toda sua ação ao parlamento. Somente as Mulheres do PSR e a UMAR é que fizeram algum esforço de mobilização e contato com a população — às quais se juntaram algumas organizações anarquistas no dia da discussão no Congresso.

Nesta luta, houve um grande silenciamento das mulheres e uma fraca mobilização por parte das organizações feministas pois não existe nem nunca existiu um verdadeiro movimento feminista em Portugal — o que se relaciona com o privilégio dado, ao longo de quase todo o debate, às opiniões dos homens, tanto dentro do Congresso como mesmo nos meios de comunicação.

O MANIFESTO
COMUNISTA É UM
CHAMADO À LUTA
CONTRA UM SISTEMA
DESUMANO DE
EXPLORAÇÃO E
DOMINAÇÃO.

LUIZ PILLA VARES

A lain Touraine escreveu um artigo onde afirma: "releia o *Manifesto Comunista* de 1848 e você ficará surpreendido ao perceber a sua atualidade. Substitua, desde as primeiras páginas, "burguesia" por "globalização" e você reencontra imediatamente o entusiasmo dos comerciantes e financistas de hoje e o poder aparentemente ilimitado das forças econômicas vitoriosas, destruidoras de todas as experiências particulares de vida, da cultura, das profissões. "Touraine tem razão. O *Manifesto* de Marx e Engels tem realmente um tom absolutamente atual em várias de suas passagens. Uma delas parece ter sido escrita hoje: a "burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e por conseguinte todas as relações sociais... A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. A necessidade de mercados sempre crescentes impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Pela exploração do mercado mundial, ela imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países".

O VIGOR DO MANIFESTO

O que espanta nessa passagem é que o cenário descrito por Marx e Engels ainda estava em uma época longe de efetivamente se concretizar. Na realidade, esta "mundialização" do capital só assume seus traços definitivos nesta segunda metade do século XX e apenas se realiza exatamente nos termos colocados acima no cenário do triunfo neoliberal dos anos 80-90. Profecia? Nada disso. O que Marx e Engels descobriram neste pequeno panfleto é a "tendência" da sociedade capitalista. Por esta razão, o *Manifesto* constitui um marco na história do pensamento e da política.

Infelizmente, muitos dos que se afirmaram "marxistas" preferiram enxergar no pequeno livro uma proposta messiânica de regeneração social e se apegaram à letra fixa, ao invés de perceberem o método que conduzia o brilhante texto marxiano. E por anos repetiram o que estava escrito, esquecendo as condições históricas em que o texto teve origem, mesmo que os próprios autores salientas-

O MANIFESTO, NOSSO CONTEMPORÂNEO



sem o fato de que o *Manifesto* respondia a uma circunstância muito concreta: o cenário histórico europeu de 1848. A longa vida do *Manifesto* deve-se ao seu método de análise da conjuntura, à sua nova forma (dialética) de descrição da história e da sociedade e à exposição de uma revolucionária ontologia do ser social, o materialismo histórico. Por isso tantos que juravam sobre o *Manifesto*, como se tratasse de um livro sagrado, foram incapazes de compreender as transformações levadas a cabo nestes últimos vinte anos pelo capitalismo e acabaram por renegá-lo. Da mesma forma simplista e dogmática como aceitaram o panfleto de Marx e Engels, simplista e dogmaticamente o recusaram como uma obra ultrapassada e sem sentido nas novas condições históricas, justamente quando as tendências detectadas por Marx e Engels se transformam em fatos empiricamente verificáveis.

Este é o vigor do *Manifesto Comunista* de 1848: sua estrutura dialética que o capacita a apreender o movimento da sociedade. O *Manifesto*, portanto, conserva uma impressionante atualidade. Sua leitura não constitui apenas um exercício de erudição, mas é fundamental para a análise e a compreensão da sociedade atual.

OS LIMITES

Entretanto, o *Manifesto* requer, também, uma leitura rigorosamente crítica,

sem a apologética dos canonizadores, para que possamos compreender, junto com sua grandeza e sua visão aguda da realidade, os seus limites. Em outras palavras, o *Manifesto Comunista* é datado; foi escrito para responder aos desafios de uma época na qual em uma grande parte do continente europeu âmbito em que se encerrava a sua análise histórica a burguesia ainda lutava pelo poder e a classe operária, designada por Marx e Engels como sujeito revolucionário capaz de realizar a ruptura final com a sociedade capitalista, buscava a sua afirmação. Aliás, no tormentoso ano de 1848, a classe operária ainda não se distinguia politicamente das multidões plebéias que constituíam as massas que davam sustentação às revoluções democráticas que se espraiavam pela Europa.

Além disso, o *Manifesto* constitui um momento significativo, diríamos decisivo, de uma teoria que se tornará com o decorrer dos anos, cada vez mais complexo. Mas ainda estamos muito longe de *O Capital*. No *Manifesto* não temos ainda os conceitos de força do trabalho, de mais-valia, de acumulação e o próprio conceito de modo de produção, essencial para sua definição de períodos históricos, ainda está insuficientemente desenvolvido. Por outro lado e poderia ser de outra forma se historializarmos a obra? O *Manifesto* é excessivamente eurocentrista, limite que será herdado por todos os teóricos marxistas da Segunda Internacional, inclusive o arguto companhei-

ro de Marx, Friedrich Engels.

Entretanto citando mais uma vez Alain Touraine "é fácil e necessário marcar as distâncias que separam 1848 de 1998, porém é mais necessário ainda identificar a comunidade de um processo teórico e prático que se desenvolve desde o *Manifesto Comunista* até hoje. Em cada uma destas datas, tão distantes uma da outra, é necessário também descobrir as contradições internas de um sistema de dominação e um princípio de liberação que opõem um direito fundamental, imprescritível, ao poder da economia e de suas proteções jurídicas e políticas".

UM CHAMADO À LUTA

E aqui chegamos a uma questão decisiva: o *Manifesto* se presta, como toda grande obra, a incontáveis análises políticas, filosóficas, históricas, sociológicas, etc., podemos discutir sobre os seus limites e a sua vigência indefinidamente. Mas não podemos esquecer o fato essencial de que estamos diante de um documento que é um apelo à luta contra um sistema desumano de dominação, contra um sistema de exploração da imensa maioria da humanidade.

Assim, se é verdade que a velha classe operária industrial, para quem o apelo à luta é dirigido ("proletários de todos os países, uni-vos") não existe mais, passou por profundas transformações,

não é menos verdade que a história seguiu seu curso e a trajetória "globalizadora" do capitalismo se afirmou como o *Manifesto* indicara, o que significa que a exploração do trabalho igualmente se universalizou. E, ao contrário do que pensava Bernstein em fins do século passado, a concentração de riquezas e o monopólio do poder econômico se generalizaram, universalizando-se também e aqui, para evitar equívocos, falamos sempre como tendências o trabalho assalariado por todo o planeta. Aliás é até abusivo falar-se em "universalização" do trabalho assalariado, já que milhões de seres humanos sem todo o mundo simplesmente não têm salário algum e possuem cada vez menos esperanças de vir a obtê-lo algum dia.

Nesse sentido, como documento de apelo à luta dos oprimidos, dos "proletários", o *Manifesto* conserva também um provocante sabor atual e fala a linguagem de todos os que não se resignaram a dizer permanentemente "sim" a um pensamento que se pretende único para legitimar a exploração.

Carlos Nelson Coutinho, a propósito dos 150 anos do *Manifesto*, escreve com lucidez: "Surpreende-nos sua atualidade, sua capacidade de nos falar e de nos ensinar sobre o nosso mundo de hoje... cabe ainda recordar a extrema atualidade da concepção de comunismo que o *Manifesto* sugere: a de uma ordem social na qual, 'no lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos'. É uma frase densa de significado, que fornece aos marxistas de hoje não só indicações para avaliar as razões do chamado 'socialismo real', mas também para recordar a necessidade de recolher o que de melhor existe na tradição liberal e democraticamente e, sobretudo, para evocar a dimensão libertária do comunismo, esse 'espectro'. Que continua sendo - talvez hoje mais do que nunca - a única alternativa racional e sensata à crescente barbárie capitalista".

É óbvio que quando Coutinho se refere ao que 'melhor existe na tradição liberal e democrática' está falando da tradição que vem de Rousseau e de Locke, de Kant e Tom Paine, e não das cínicas banalidades do neoliberalismo contemporâneo.

Finalmente, se o *Manifesto* de 1848 nos toca com toda essa intensidade neste fim de século, cabe-nos ser contemporâneos de nosso presente e na esteira aberta por Marx e Engels em 1848 construirmos novos sujeitos que se tornem a força material capaz de superar uma sociedade capitalista cada vez mais bárbara. Novos tempos exigem novas lutas, novas radicalidades. A humanidade que se aproxima do ano 2000 necessita um novo *Manifesto* que prolongue o apelo à luta feito pela Liga dos Comunistas em 1848. É preciso não esquecer que, antes de escrever o *Manifesto*, Marx afirmara: "a teoria também se transforma em força material quando penetra nas massas". O *Manifesto* tornou-se uma força material pois foi a partir dele que se construiu todo o movimento socialista clássico. Seu legado não será jamais esquecido por todo aqueles que insistem em dizer não.



LUIZ PILLA VARES É EX-SECRETÁRIO DE CULTURA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E EX-PRESIDENTE DO PT/POA.

1968: DESEJOS PERMANECEM

A imagem que se construiu de 1968 está relacionada às barricadas dos desejos, da mudança dos hábitos, dos costumes, do movimento hippie, da queimada dos sutis, da era de Aquarius, dos festivais de música, dos protestos contra a Guerra dos EUA no Vietnã, do amor livre, da maconha e do LSD. Esses são os elementos que povoam, de forma misturada, o nosso imaginário.

É de 1968 a lembrança da passeata dos 100 mil em protesto da morte do estudante Édson Luís Lima Souto havia sido assassinado, no restaurante Calabouço, por tropas policiais. A adaptação para o teatro de uma canção de Chico Buarque, *Roda Viva*, deixou o Comando de Caça aos Comunistas irritado com o diretor da peça, José Celso Martinez Corrêa, a tal ponto que os jovens artistas que integravam o elenco, entre os quais, Marieta Severo e Marília Pera, foram sequestrados e espancados. Bombas eram colocadas nos teatros em que a peça era encenada.

A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Na França, os jovens executavam suas barricadas contra a sociedade de consumo. A partir dos acontecimentos de Maio de 1968, em Paris, o discurso libertário ganhou o mundo. Marcuse, Debord, Débray e Che Guevara eram muito lidos na Europa Ocidental e na América Latina. Em particular, o livro de Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, publicado em 1967, foi a mais importante obra teórica a influenciar decisivamente os setores radicais do movimento. A repercussão da obra entre os jovens deveu-se à análise crítica demolidora que realizou, a partir do *Capital* de Marx, do moderno capitalismo e de sua sociedade do consumo.

Debord explica que o "espetáculo" vai muito além da onipresença dos meios de comunicação de massa, que representam somente o seu aspecto mais superficial. É uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real. A realidade torna-se uma imagem, e as imagens tornam-se realidade. A unidade que falta à vida recupera-se no plano da imagem. Enquanto a primeira fase do domínio da economia sobre a vida caracterizava-se pela degradação do *ser em ter*, na "sociedade do espetáculo" chega-se ao reinado soberano do *aparecer*. As relações entre os homens já não são mediadas apenas pelas coisas, como no fetichismo da mercadoria ao qual Marx referia-se, mas também pelas imagens.

Ainda é cedo para afirmar algo sobre as comemorações em torno dos 30 anos de Maio de 68. O que pode estar ocorrendo é um fenômeno semelhante ao da passagem dos 30 anos da morte de Che Guevara em 1997. Mas, tanto a participação de Che Guevara na Revolução Cubana, quanto o movimento de Maio de 1968, são símbolos da luta humanista e

libertária. Pois a greve geral de 10 milhões de operários na França e das passeatas e barricadas dos estudantes foi o maior movimento social desse final de século, em oposição ao modo de produção capitalista. Naquele ano todas as estruturas foram questionadas. Tanto o sistema capitalista quanto o sistema soviético foram duramente criticados. A luta por uma sociedade emancipada foi a principal bandeira dos revolucionários de 68.

"CONQUISTA DE CARGOS"

Hoje, com exceção da guerrilha colombiana, da organização dos trabalhadores sem terra no Brasil e da ação do Zapatismo, no México, os demais movimentos organizados deparam-se com inúmeras dificuldades para se manterem ativos. Soma-se a isso o fato de que os partidos políticos passam por uma transformação, em muitos casos vindo a constituir-se, em verdadeiras "agências de conquista de cargos". Contudo, as motivações que deram origem aos movimentos sociais e à fundação dos partidos de esquerda não desapareceram: persistem entre as populações excluídas a exigência de acesso à saúde, educação, moradia, emprego e cultura.

Se considerarmos o desgaste da imagem de Fidel, Mao e Stalin, bem como o fim dos modelos de socialismo enquanto referência política para os socialistas, percebemos que se tornou difícil sustentar a prática militante de esquerda após a queda do Muro de Berlim, e a extinção da URSS, ou então, mais recentemente, diante dos problemas enfrentados pela social-democracia que derrotou os governos neoliberais na Europa. Mas ainda que possa parecer paradoxal, por trás

A LUTA POR UMA SOCIEDADE EMANCIPADA, PRINCIPAL BANDEIRA DOS REVOLUCIONÁRIOS DE 68, PERMANECE VIVA HOJE NA PACIENTE RESISTÊNCIA DOS OPRIMIDOS.

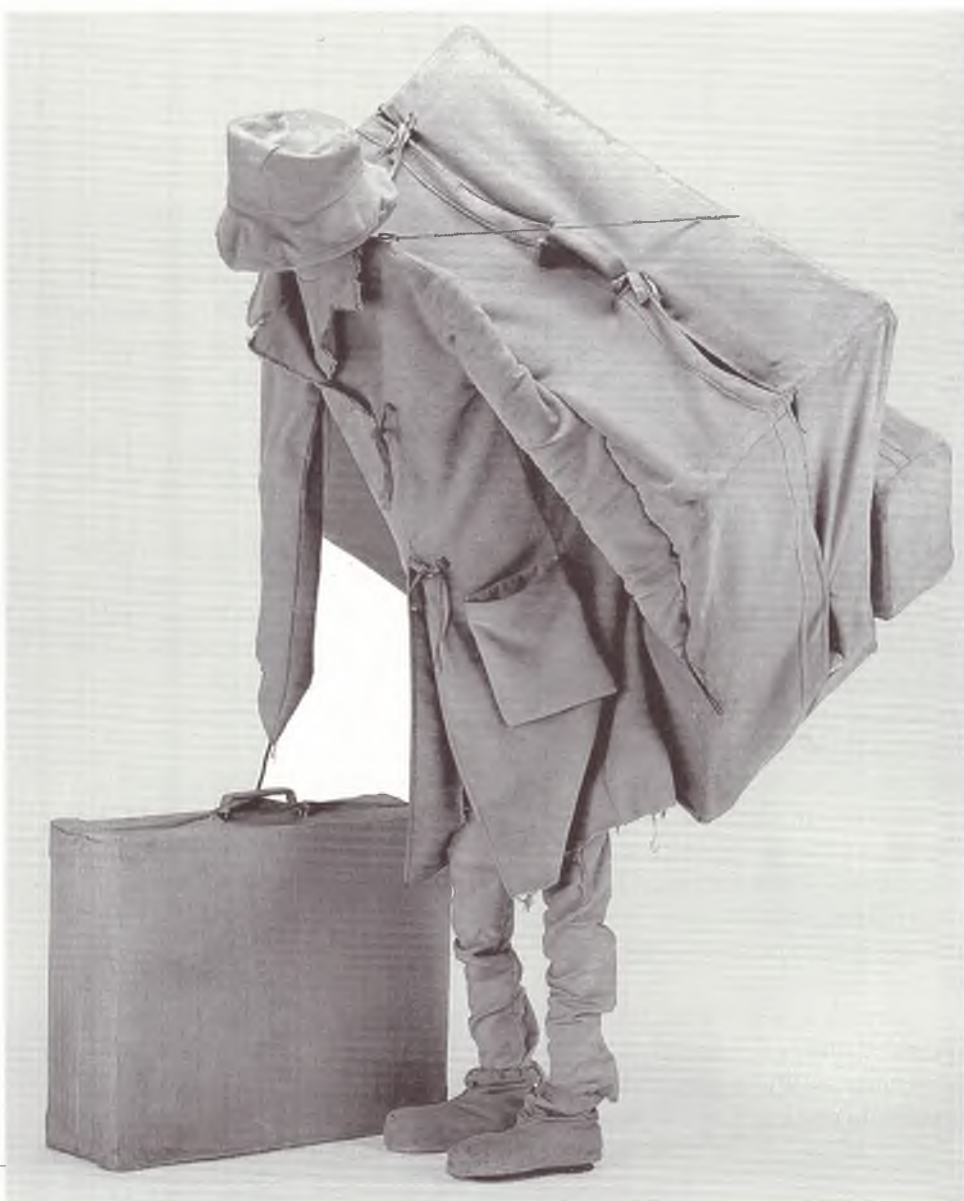
MAURO GAGLIETTI

dessas imagens que apontam para a ausência de futuro, em 1997 reapareceu a efigie do herói revolucionário Che Guevara, nos vários eventos que assinalaram a passagem de sua morte. Talvez esse retorno não seja apenas um último adeus melancólico ao comunismo, mas um sinal de caráter prospectivo, que, no mundo do espetáculo, ilumina a falta, fazendo as luzes incidirem sobre um conjunto de forças econômicas e governamentais que se esqueceram de "globalizar" os direitos humanos.

O silencioso protesto dos injustiçados, que nos fala Alain Touraine, é a causa provável da permanência da imagem de Che Guevara, nesse final de século. Trata-se da paciente resistência ativa das populações oprimidas, que, frente ao massacre social cometido pela ditadura das redes financeiras, querem ter o direito de ter direitos. O reencontro com o rosto de Che talvez tenha sido, para muitos, o reencontro consigo mesmos, com seus próprios sonhos furtados. É possível que os eventos destinados a assinalar o trigésimo aniversário de Maio de 68 também adquiram tal conotação, reencenando, por outra via, os dramas cotidianos da população brasileira e recordando as promessas que se afastaram das suas mãos.



MAURO GAGLIETTI É PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNICRUZ, CRUZ ALTA (RS)



Um filósofo esquecido



Entre as inúmeras comemorações deste ano, um aniversário parece estar sendo esquecido, o do mais importante filósofo do “ocidente” medieval, um muçumano, Abu-I-Walid Muhammad Ibn Ruchd, nome cuja transliteração latina é Averróis. Ele morreu em 1198, há oitocentos anos. Nascido em 1126, em Córdoba, capital do próspero império hispano-muçumano de Al-Andaluz – Córdoba era então a maior e mais rica cidade do Ocidente, com mais de um milhão de habitantes –, Averróis foi médico, jurista e teve um importante papel político em sua sociedade (foi *cadi*, juiz, de Sevilha e depois de Córdoba); mas foi acima de tudo filósofo. Como destaca Nicolas Bénétiès em um texto no *Le Monde Diplomatique*, Averróis é um “filósofo de vanguarda” na história intelectual da humanidade.

Ponto de confluência de todas as culturas, Averróis estabeleceu as bases do pensamento racionalista a partir da recuperação da obra de Aristóteles. O pensamento de Aristóteles era desconhecido dos cristãos e foram os filósofos árabes que o estudaram e permitiram que ele alcançasse os tempos modernos. Averróis não era um mero comentador do filósofo grego, mas um pensador importante e original com um domínio profundo de toda a tradição científica, filosófica e literária do Islã. Ele representa a ruptura decisiva com o neoplatonismo dominante tanto na escolástica muçumana (Avicena) como cristã, onde o mundo é uma obra divina perfeita e o conhecimento possível somente deste ponto de vista.

Averróis, e os filósofos judeus que o seguiram, foram os responsáveis pela revolucionária separação entre filosofia e crenças

religiosas, trazendo o conhecimento para a esfera da humanidade realmente existente, em sua vida efetiva. A partir de então, a filosofia medieval seria “averroísta” e descobriria Aristóteles, esquecido há mais de mil anos. Em um cenário de declínio do império árabe, Averróis combateria todos os *ayatollahs*, que terminaram sendo responsáveis por seu desterro, condenado por “impiedade religiosa”, nos seus três últimos anos de vida. Como pergunta Salman Rushdie, “não é tempo de levantar a bandeira de Averróis para levá-la adiante”, para lutar contra todos os integristas?

Além disso, contra o mito de um “cultura ocidental”, a presença marcante do filósofo islâmico lembra que nossas maiores realizações, tanto materiais como intelectuais, só podem ser compreendidas de um ponto de vista multicultural. Num momento em que a cristandade representava uma cultura marginal aos principais centros de civilização, sua obra impulsionava a reflexão intelectual para um patamar superior de reflexão.

Enquanto na Europa diversas obras aproveitam a data para debater as idéias deste pensador frequentemente esquecido – por exemplo, Dominique Urvoey, *Averroès, les ambitions d'un intellectuel musulman* (Flammarion) e Roger Arnaldez, *Averroès, un rationaliste en Islam* (Balland) – cabe lembrar que no Brasil temos publicado sobre Averróis apenas um pequeno, mas simpático, texto de introdução à vida e obra do filósofo, por José Silveira da Costa, na Coleção Logos, da Editora Moderna.

José Corrêa Leite

100 MANEIRAS DE SUPERAR O VELHO E O NOVO

Enquanto todos se questionam sobre o destino do cinema, Peter Greenaway aposta no seu futuro, como arte multimidiática em diálogo com novas tecnologias, revolucionando linguagens consagradas.

Conhecido do grande público pelo filme *O cozinheiro, o ladrão, sua mulher e o amante* (1989), a complexidade da obra de Greenaway foi exposta quase que integralmente a paulistas e cariocas em julho e agosto através da mostra *100 objetos*, composta de oito curtas metragens, nove longas e onze vídeos, cobrindo o período de 1969 a 1996. Além destas 35 horas de imagens, tivemos ainda palestras, debates, a exposição de objetos e a apresentação de uma ópera do artista.

Para o público admirador da obra do cineasta, os curtas e vídeos foram um momento precioso para descobrir outras facetas do autor, embora com suas marcas bem identificáveis. Sem a explosão visual comum aos longas, estes filmes nos fazem pensar sobre a fragilidade de nossas existências – seja falando sobre pessoas que se jogam de janelas (*Windows*, 1975) ou sobre corpos recolhidos do rio Sena (*Death in the Seine*, 1988). Ele brinca, ainda, com a banalidade, fazendo um dicionário bem-humorado sobre banheiros (*Inside Rooms – 26 Bathrooms*, 1985) e ri do academicismo criando uma história sobre o fictício cineasta Tulse Duper, que estudava objetos verticais (*Vertical Features Remake*, 1978).

O cineasta realizou onze longa

metragens, oito dos quais foram projetados na mostra. Foi possível ver ou rever obras mais antigas e verificar o feliz amadurecimento do artista galês. Da revolução na imagem cinematográfica que significou *O contrato do desenhista* (1982), com seu refinamento influenciado por Caravaggio e La Tour; passando pela narrativa insólita do mórbido *Zoo* (1986), com suas cores e luzes referenciadas em Vermeer; Greenaway avançou até o esplendor visual e dramático de *A última tempestade* (1991) – adaptação de *A tempestade* de Shakespeare que brinda o espectador com uma beleza perturbadora, emocionante –, somente comparável ao recente *O livro de cabeceira* (1995).

A obsessão de Peter Greenaway pelas imagens só se compara à sua fascinação por alguns temas, recorrentes em sua obra, como os números, a morte ou o corpo humano (em pedaços, nus). “Maneirista”, “hermético”... críticas à parte o fato é que ninguém consegue ficar alheio às suas provocações sensoriais. Conhecê-lo é conhecer um verdadeiro artista contemporâneo, que associa novas tecnologias à história da arte, gostemos ou não.

A paixão de Greenaway pelas artes vai bem além das narrativas insólitas, bem além do próprio cinema. Trata-se, também, de um pintor, escritor, videasta, curador e diretor de ópera, marcas impressas em seus filmes. Como pintor e cenógrafo, suas referências apaixonadas são Tiepolo e Veronese.



A opção brasileira

Cesar Benjamin, Ari Alberti, Emir Sader, João Pedro Stédile, José Albino, Lúcia Camini, Luís Bassegio, Luís Eduardo Greenhalg, Plínio de Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves e Tânia Bacelar de Araújo. **A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 204p. R\$ 18,00.**

Obra que expressa o debate programático da articulação em torno da Consulta Popular; que reuniu, em dezembro de 1997, trezentos delegados. O texto, elaborado por Cesar Benjamin, recebeu a assinatura coletiva. Suas 124 teses representam um diagnóstico do Brasil e uma proposta de projeto nacional.



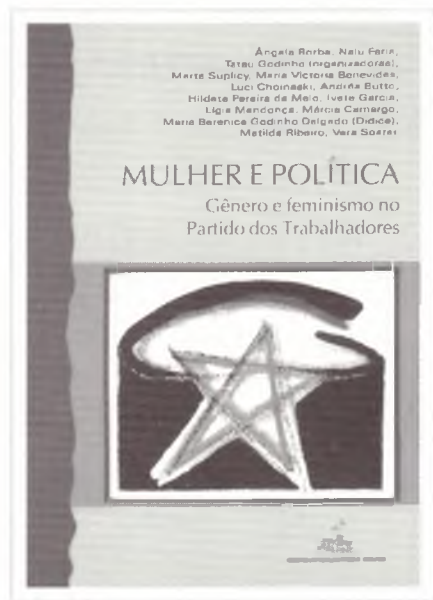
MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO

Piotr Sztompka. **A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 568 p. R\$ 49,50.**

Uma erudita obra de sociologia histórica da transformação social que faz um apanhado da discussão de temas como a transformação social, as vicissitudes da idéia de progresso, a temporalidade social, a globalização, as grandes visões de história, o debate sobre a modernização e a modernidade e o lugar da revolução. Apesar de um certo ecletismo é uma síntese bastante atualizado sobre a questão.



MULHERES E POLÍTICA



Desde a formação do PT, está presente no partido o debate sobre o papel do feminismo e da organização das mulheres no seu projeto político e na esquerda. Este debate pode ser agora encontrado no livro publicado pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Mulheres, *Mulher e política: feminismo e gênero no Partido dos Trabalhadores*, organizado por Ângela Borba, Nalu Faria e Tatau Godinho. Com catorze artigos de várias autoras, o livro apresenta uma seleção de temas que têm estado presentes neste debate e que marcam uma elaboração importante no feminismo no Brasil de hoje.

Os artigos desta coletânea buscam, além de tratar de aspectos mais ligados à vida partidária, à intervenção parlamentar e às administrações dirigidas pelo PT, refletir também o debate sobre temas significativos no "feminismo" petista: discussão sobre a sexualidade, violência sexista, a questão do aborto, o debate sobre a igualdade, a discriminação racial, além de visões sobre o movimento de mulheres e organização das trabalhadoras urbanas e rurais. Através de um leque amplo de opiniões, a publicação deste livro torna acessível a um público amplo a rica elaboração de um campo socialista do feminismo no Brasil. Na próxima edição de *Em Tempo* analisaremos de forma mais detida seu conteúdo.

O livro, que custa R\$ 15,00, pode ser adquirido diretamente na Fundação Perseu Abramo (011) 571-4299 ou através da Secretaria Nacional de Mulheres do PT (011) 233-1375.

Tatau Godinho

Versátil, já foi classificado de neo-renascentista, com influências que vão de Caravaggio, Boticelli a pintores modernos.

Cada fotograma seu tem em si uma pintura que explode em cores, luzes, sombras, que compõem movimentos e histórias que ironizam e criticam a mediocridade, os dogmas, a banalidade, a burocracia... Forma e conteúdo perfeitamente integrados, como se nenhum objeto fosse apenas mais um objeto em cena, fosse sim o objeto, como se cada figurante fosse o protagonista.

A preocupação com a representação do mundo, a pretensão de fazê-lo que marca sua obra, deu origem à exposição e à obra *100 objetos para representar o mundo*.

Inconformado com os objetos lançados ao espaço para representar a Terra, através da sonda Voyager, com o autoritarismo de sua escolha por cientistas, ele listou cem objetos que representariam nossa diversidade, artefatos que diriam o que nós somos a possíveis seres extra-terrestres, tais como o gelo e o chapéu de Freud. Em 1992, esta coleção fez parte de uma instalação realizada em Viena, dando origem à ópera montada em agosto de 1997.

A ópera é uma *overdose* de Greenaway: 70 minutos intensos e pródigos em teatro, música e projeções, com cem situações que falam sobre as criações e identidades dos habitantes da Terra.

Nada parece escapar às preocupações deste artista. Ele encarna diversas esperanças, uma das quais é que podemos utilizar os avanços tecnológicos a favor do belo, da arte, por mais que isso pareça distante. Se a fotografia significou para a pintura uma libertação da responsabilidade de representar o real, a obra de Peter Greenaway significa a integração de todas as estéticas e linguagens.

Luciana Rodrigues

KAOLU HAUSHANN, THE SMIT OF QUARTALS, 1919



Pensando o Brasil

Antonio Cândido (org.), Antônio Arnoni Prado, Ilana Blaj, Luiz Dulci, Maria Odila Dias, Ronaldo Vainfas e Raymundo Faoro. Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998. 135p.

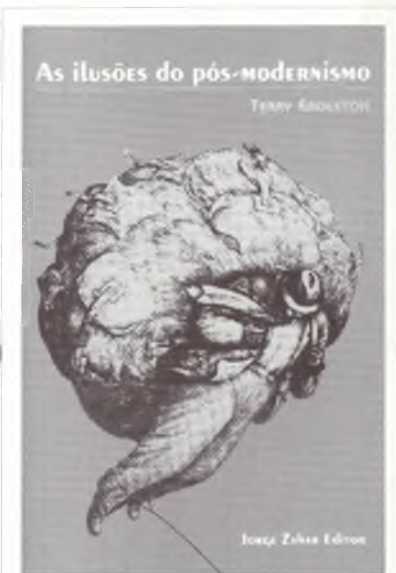
Publicação dos textos apresentados no seminário dedicado a obra de Sérgio Buarque, promovido pela Fundação em 26 e 27 de novembro de 1997. Em anexo estão uma relação completa das obras do historiador, cartas escritas por ele para Mário de Andrade, fax-símiles de capas de primeiras edições de seus livros e de dedicatórias por ele assinadas.



LUKÁCS E A REVOLUÇÃO

Michael Löwy. A evolução política do jovem Lukács: 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

Edição revista da obra clássica de Löwy, há muito esgotada. Ela contém um novo prefácio, bastante útil para se entender o lugar ocupado por Lukács na evolução intelectual de Löwy. É uma leitura indispensável para a compreensão da trajetória da corrente marxista oriunda do romantismo anticapitalista da Europa Central do início do século.



Pós-modernismo

Terry Eagleton. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 141p.

Ensaio bastante abrangente do crítico literário marxista inglês, um contundente ataque ao pós-modernismo. Ele coloca a situação do socialismo frente ao pós-modernismo retraindo uma conhecida frase: "com a devida vênia a Hegel, pareceria agora que o real é irracional, e o racional irreal". Seus seis capítulos são: primórdios, ambivalências, histórias, sujeitos, falácias e contradições.



FRANÇA, MAIO DE 68

Angelo Quattrocchi e Tom Nairn. O começo do fim. França, Maio de 68. Rio de Janeiro: Record, 1998. 236p. R\$ 22,00.

Dois textos publicados no calor da hora, quando da revolta de Paris: "O que aconteceu", do italiano Quattrocchi, e "Por que aconteceu", do inglês Nairn (um dos impulsionadores da *New Left Review*). Os ensaios da época são acompanhados de um prefácio e um posfácio interessantes de Tariq Ali

A POPULARIDADE QUE BLAIR VEM MANTENDO NA INGLATERRA, O TRANSFORMARIA NO MODELO DO SOCIAL-DEMOCRATA CAPAZ DE APLICAR UMA POLÍTICA NEOLIBERAL SEM AFUNDAR SUA IMAGEM?

ALAIN TONDEUR

Na época de Dolly, a ovelha, não é surpreendente que a clonagem também funcione na política. Schröder, Voltroni, Rasmussen e Almunia vibram de prazer quando os jornalistas os qualificam respectivamente o Blair alemão, italiano, dinamarquês e espanhol. Este entusiasmo por Blair se explica facilmente. No poder em onze dos quinze países da União Européia, os partidos da Segunda Internacional estão em todas as partes um pouco confrontados com as mesmas dificuldades: quando lhes falta zelo na aplicação das políticas neoliberais, a direita e o patronato tornam suas vidas difíceis; quando eles são zelosos, como cabe aos gestores do capital, então é a classe trabalhadora que lhes cria aborrecimentos — nas urnas ou nas ruas. Quer enfrentem o primeiro cenário (o que é raro), quer enfrentem o segundo (o que é normal), os partidos social-democratas perdem rapidamente eleitores e militantes. Mal chegam ao poder, seus dirigentes se colocam a questão: como fazer para não serem escoraçados nas próximas eleições?

ESSÊNCIA LIBERAL

O locatário de 10, Downing Street, parece ter bebido uma poção mágica. Um ano após ter chegado ao governo, sua popularidade está quase intacta. Ele, entretanto, aplica a política liberal: abaixa os impostos sobre o capital, coloca os jovens desempregados para o trabalho ou a formação forçada (sob pena de suprimir os auxílios que recebem), aumenta os impostos indiretos, planeja a privatização do Metrô de Londres. Não há a menor ruptura com os anos Thatcher-Major... O primeiro orçamento trabalhista depois de dezoito anos não se desvia um milímetro da linha liberal.

De seus predecessores conservadores, Blair retomou a boa e velha política em duas velocidades. A promessa aos patrões e aos ricos são concretizadas rapidamente; mas os raros compromissos em favor dos assalariados demoram para se materializar.

O salário mínimo não foi ainda introduzido. Os patrões o querem em três libras, os sindicatos exigem quatro. O governo deveria decidir... mas no sentido dos patrões, diz. Neste caso, a medida seria interessante apenas para 1,5 milhões de trabalhadores. Quer dizer, que a taxa de pobreza (22%) não será reduzida de maneira significativa.

Um outro exemplo diz respeito ao es-

TONY BLAIR: O NOVO MODELO SOCIAL DEMOCRATA?

pinhoso problema da representação sindical nas empresas: ela deve ter o apoio em eleição secreta de mais de 50% dos trabalhadores ou mais de 50% dos trabalhadores devem participar na votação para que o sindicato seja admitido? Como os “parceiros sociais” estão divididos, Blair evidentemente demora para se decidir.

SEM COMPLEXOS

46 deputados da esquerda trabalhista se rebelaram contra a supressão dos auxílios às mães solteiras desempregadas. É uma advertência, mas é necessário mais do que isso para inquietar Blair, porque a maioria trabalhista é esmagadora. Em todo caso, no balanço de um ano, esta sombra sobre o quadro parece mais do que compensada pela maestria com que o primeiro-ministro explorou a emoção popular em torno da morte de Diana (a qualificação de “princesa dos corações” é dele) e pelo seu sucesso diplomático na Irlanda do Norte: um acordo de paz depois de trinta anos de guerra!

Em suma, Blair parece inoxidável. Aparentemente, a chave do seu sucesso é simples, repousando sobre duas pequenas palavras: “sem complexos”. Ele conduziu a guerra contra os sindicatos no Labour, ele foi às eleições sem programa, apresentou-se como um aliado privilegiado do imperialismo norte-americano na recente crise do Golfo, ele vive como um burguês, sua ideologia de filisteu estreito não ultrapassa a sagrada trindade burguesa: trabalho, famí-

lia, pátria. Outros dirigentes socialistas se escondem, tentando parecer diferentes, mantendo algum socialismo flutuando. Não Blair; ele assume. Mas com um sorriso. Ele se parece com Clinton, mas com mais rigor moral.

GRAÇAS A THATCHER

Mas esta não é a verdadeira diferença de fundo, evidentemente. Sem isso, como compreender que todos os dirigentes social-democratas não sejam Blairs? Ou que se deveria esperar surgir um Blair para inventar um blairismo? A questão é que Blair beneficiou-se de circunstâncias favoráveis: o balanço dos conservadores, inicialmente, sua crise, em seguida. Do todo, no contexto particular do capitalismo inglês.

Thatcher derrotou o movimento sindical, desmantelou o direito de greve, desregulamentou as relações sociais, impôs uma flexibilização do mercado de trabalho sem equivalente no continente europeu (salvo nos Países Baixos), privatizou partes inteiras do setor público. Seus esforços para criar um “capitalismo popular” evidentemente fracassaram, mas o crescimento da desigualdade social reforçou uma pequena burguesia assalariada individualista e arrogante.

A crise do partido conservador (*Tory*) é quase tão impressionante quanto o sucesso da Dama de Ferro. Sua principal causa é a defasagem entre a classe dominante e seu pessoal político conservador na questão da

União Européia: o capital financeiro britânico (a *City*) pendeu a favor da construção européia e do euro; a direita aparece então arcaica, mesmo claramente ridícula. Blair jogou habilmente com esta situação, apresentando-se como o candidato da modernidade.

No plano econômico, o primeiro-ministro está em um camarote. Ele se livrou do problema europeu decidindo que seu país não se candidataria ao euro antes de 2002. Mas não há dúvida de que a decisão final será positiva. Além disso, a Grã-Bretanha é um dos únicos países da União Européia a cumprir todos os critérios de Maastricht. As empresas estão obtendo lucros ultrajantes.

No plano social, o mercado de trabalho inglês é o mais americanizado da Europa. A taxa de desemprego caiu de 10,3% em 1993 para 4,9% hoje. Mas um quinto das famílias está de fato excluída do trabalho, vive de pequenos bicos, de empregos de tempo parcial; 22% da população vive abaixo da linha de pobreza. Um terço das crianças cresce em famílias pobres. Como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha conhece o fenômeno dos trabalhadores pobres (*working poors*), que tem trabalho mas permanecem pobres.

Neste campo repleto de escombros, fez o belo jogo de apresentar seu “liberalismo social” como um mal menor. Ele diz conduzir uma cruzada contra a pobreza e a ignorância. Seu objetivo é, na realidade, prosseguir o desmantelamento do *welfare state* retirando o auxílio de todas aquelas e aqueles que se recusam a se tornar “empregáveis”.

SORRISOS AMARELOS

Poucos líderes social-democratas se beneficiam de condições tão favoráveis quanto Blair. O alemão Schröder, candidato do PSD ao posto de chanceler, segue o mesmo curso que Blair: nada de programa, nada de promessas, nada de complexos; viva o pragmatismo e a imagem midiática. “O programa do PSD é quase tão liberal quanto o de Kohl”, afirma o *Le Monde* de 18 de março. “As medidas ‘de esquerda’ são antes de tudo simbólicas. Elas serão executadas ‘se a situação financeira do país estiver boa’ e ‘com a condição de não afetar a competitividade das empresas alemãs”.

Mas não lhe será fácil se demarcar de Kohl. O eterno chanceler não é um liberal puro e duro, mas um democrata-cristão de centro-direita, que também disputa o terreno social. Para se diferenciar, Schröder flerta demagogicamente com os sentimentos eurocéticos — ao contrário de Blair. Será surpreendente que ele disponha, durante tanto tempo como este, de um estado de graça tão perfeito. E aqui intervêm uma diferença decisiva: Kohl não derrotou a classe operária como Thatcher fez.

O blairismo será, muito provavelmente, a nova cara da social-democracia no governo. Mas esta cara não será, em outras partes, tão “sorridente” como na Inglaterra. Terá um sorriso amarelo e rangerá os dentes. Nem todos têm a chance de ter tido uma Thatcher para fazer o trabalho sujo!

ALAIN TONDEUR É EDITOR DO JORNAL BELGA LA GAUCHE.



EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS